

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES

BR-L1605

PLANO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL – PGAS

Marisa Teixeira
Luiz Fernando Galli
Abril de 2023



SUMÁRIO

		Página
I.	O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES	1
1.1.	Objetivos do Programa	1
1.2.	Estrutura do Programa	1
1.3.	Amostra Representativa do Programa	2
1.4.	Normas Aplicáveis	3
1.5.	Reassentamento de Famílias e Atividades Econômicas	5
II.	CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PGAS	9
III.	GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO PROGRAMA	10
3.1.	Estrutura Organizacional e Competências	10
3.2.	Lista de Exclusões Ambientais e Sociais	14
IV.	PROGRAMAS DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS	15
4.1.	Programa de Gerenciamento Ambiental de Obras	15
4.2.	Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil	16
4.3.	Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito	23
4.4.	Plano de Recuperação de Canteiro de Obras, Áreas de Empréstimo e Bota-fora	27
4.5.	Diretrizes para o Uso da Camada Vegetal do Solo	29
4.6.	Diretrizes de Prevenção e Compensação de Perda de Habitats Naturais	29
4.7.	Programa de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada	31
4.8.	Programa de Saúde dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas	32
4.9.	Código de Conduta para Trabalhadores na Construção	34
V.	PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO, CONSULTA E PARTICIPAÇÃO-PDAS.10	37
5.1.	Considerações	37
5.2.	Programa de Trabalho Técnico Social – PTTS	37
5.3.	Mecanismo de Queixas e Reclamações	39
5.4.	Programa de Aquisição de Terras e Reassentamento	42
5.5.	Programa de Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação da Informação	44
5.6.	Mecanismo de Resolução de Queixas - MRQ	52
VI.	MONITORAMENTO DA ETE INTERBAIRROS	53
6.1.	Considerações	53
6.2.	Programa de Monitoramento	54

I. O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE LINHARES – ES

1.1. Objetivos do Programa

O objetivo geral Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial do Município de Linhares – ES (PDUOT), BR-L1605, é promover o desenvolvimento urbano ordenado, sustentável e resiliente do município de Linhares.

Os objetivos específicos do Programa, por sua vez, são: i) melhorar as condições socioambientais dos assentamentos urbanos por meio da implantação de infraestrutura resiliente e de equipamentos urbanos e sociais equitativos; e ii) fortalecer a gestão urbana e territorial por meio da criação de um sistema integrado de planejamento, que inclua o desenvolvimento de instrumentos de planejamento urbano e ambiental, utilizando princípios de resiliência diante dos efeitos das mudanças climáticas, além da melhora das plataformas tecnológicas e da capacitação dos profissionais encarregados da gestão urbana municipal.

1.2. Estrutura do Programa

O Programa está estruturado, preliminarmente, com os seguintes componentes:

Componente 1. Urbanização sustentável e inclusiva do município de Linhares. Este componente contempla os seguintes financiamentos: i) implantação da infraestrutura urbana básica da Avenida Interbairros e suas áreas de influência, incluindo obras de pavimentação da Avenida Interbairros e das vias de acesso e de interligação com os bairros existentes, drenagem urbana, água e saneamento básico; obra de arte especial; elementos de segurança viária, sinalização e iluminação; provisão de mobiliário urbano; infraestrutura para transporte não motorizado; equipamentos sociais e de lazer; e criação de praças, parques e corredores verdes em torno dos mananciais e lagoas; ii) estudos e projetos de engenharia, desenho urbano e paisagismo; iii) estudos de supervisão, gerenciamento e acompanhamento socioambiental.

Este componente também financiará as ações de mitigação ambiental e as desapropriações requeridas para a execução do Programa, com destaque às áreas afetadas no traçado da Avenida Interbairros¹. As desapropriações necessárias para a implantação dos projetos de urbanização da Avenida serão realizadas com recursos da contrapartida local.

Componente 2. Fortalecimento institucional para a gestão urbana e territorial. Este componente financiará: i) elaboração do plano urbanístico da região Leste do município, considerando os princípios de sustentabilidade e resiliência diante das mudanças climáticas; ii) preparação dos estudos técnicos para a atualização dos

¹ Para a implantação da Avenida Interbairros serão desapropriadas benfeitorias e áreas com cultivo de cana-de-açúcar, café e pastagens.

instrumentos de planejamento urbano e gestão integrada do território, tais como: atlas de riscos ambientais municipal e plano de ação climática, bem como revisão do Plano Diretor e do Plano de Mobilidade Urbana; iii) aquisição de equipamentos de informática e melhoria da infraestrutura, incluindo equipamentos para coleta e gestão dos dados objetivando a implantação de uma cidade inteligente; iv) estudos de implementação de infraestrutura verde (resiliência urbana), eficiência energética e construções bioclimáticas para equipamentos urbanos; v) implantação de tecnologia e equipamentos para a gestão e monitoramento urbano e territorial; vi) atualização e modernização dos sistemas de cadastros do município, capacitando os funcionários da prefeitura para digitalização do sistema e coleta de informações em campo; e, vii) capacitação dos funcionários em temas: tecnológicos, ambientais e sociais.

Para a administração e monitoramento do Programa serão financiadas as seguintes ações de apoio administrativo: i) consultorias para monitoramento; ii) contratação de especialistas para apoiar a Unidade de Gestão do Programa – UGP e capacitação do pessoal; iii) gastos de administração; iv) auditorias externas; v) implementação de um plano de comunicação, engajamento de partes interessadas e difusão das ações do programa; e, iii) consultorias técnicas e socioambientais, voltadas basicamente à definição e implementação de um Sistema de Gestão Ambiental e Social - SGAS do Programa destinado à qualidade socioambiental das obras do Programa.

O PDUOT é um programa de obras múltiplas, no qual foi definido um conjunto de obras e ações que compõem a Amostra Representativa do Programa. Os projetos disponíveis foram submetidos a análise ambiental e social (AAS) no estágio em que se encontravam em outubro/novembro de 2022. As diretrizes socioambientais a serem observadas estão contidas no Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS. Para as demais obras, ações e estudos, o caminho para o cumprimento das normativas do BID/MPAS está estabelecido no Marco de Gestão Ambiental e Social – MGAS e no Sistema de Gestão Ambiental e Social – SGAS, disponíveis em versão para divulgação e consulta pública.

Este Programa tem por objetivo fornecer as diretrizes e proposta de soluções aplicáveis nos projetos da Amostra Representativa, para aquisição de terras na construção da Avenida Interbairros e eventual deslocamento de famílias ou atividades econômicas que possam ser afetadas por obras pontuais de saneamento, com destaque para EEE.

1.3. Amostra Representativa do Programa

A amostra representativa dos programas financiados pelo BID considera investimentos (obras/atividades) que correspondam a 30% do valor total do empréstimo e que estejam em estágio avançado de desenvolvimento antes da aprovação da operação.

O principal critério para a seleção da amostra representativa é a possibilidade de inclusão de todas as tipologias de intervenção financiadas pelo programa (tipologias de projetos, tipos de terrenos e custos dos projetos, entre outros).

Dessa forma, foram definidos os seguintes projetos para integrar da amostra significativa do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial do Município de Linhares:

- i) implantação de uma Avenida, denominada Avenida Interbairros, que ligará os dois extremos da região Leste, com uma extensão de 14,65km de via principal e 5,14km de pistas coletoras que ligarão a Avenida Interbairros aos bairros consolidados da região. O projeto da avenida contempla pavimentação, drenagem, iluminação pública com tecnologia LED e automação; implantação de ciclovia e calçada apta para caminhada e corrida; e obra de arte especial (ponte) para travessia de lagoa;
- ii) implantação de uma rede de abastecimento de água e reservatórios;
- iii) implantação de sistema de esgotamento sanitário, contemplando rede coletora, Estações Elevatórias de Esgoto Bruto - EEEB e Estação de Tratamento de Esgoto - ETE;
- iv) Implantação de três parques lineares de lazer estão incluídos na amostra representativa do Programa: 1 - Parque da Lagoa do Testa; 2 - Parque da Lagoa do Meio; e 3 - Parque Interbairros com equipamentos públicos de lazer em áreas definidas localizadas nas margens da Avenida Interbairros, de forma a criar espaços de vivência comunitária; e
- v) Implantação do Parque Municipal Meninos da Terra. Espaço público de vivência, recreação, contemplação, educação ambiental e práticas esportivas, perfazendo área total de aproximadamente 93.360,00m².

1.4. Normas Aplicáveis

Nas operações de crédito que implicam em desafetação de área ocupada por famílias e atividades econômicas, e quando esse movimento é involuntário, se faz necessário cumprir com as normativas de reassentamento involuntário adotadas na legislação nacional brasileira e no marco de políticas do agente financiador. Para o PDUOT de Linhares, ora em preparação, serão aplicadas as políticas e guias explicitadas no Marco de Políticas Ambientais e Sociais - MPAS do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em especial o Padrão de Desempenho Ambiental e Social PDAS.5 - Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário.

No contexto nacional aplicam-se as regras estabelecidas inicialmente pelo Ministério das Cidades. Esse regramento se refere ao reassentamento de famílias e atividades econômicas no caso de desafetação definitiva de terrenos e edificações. O alcance da regra brasileira está definido particularmente na Portaria MinC nro.317/2013 que estabelece o conteúdo e a obrigatoriedade de elaboração de plano de reassentamento em caso de afetação definitiva para todas as obras incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; e na Portaria MinC nro.464/18, que estabeleceu os limites e alcance do trabalho técnico social nos

programas do Ministério, incluindo projetos com reassentamento involuntário. O conjunto de normativa federal aplicável está descrito a seguir.

Os instrumentos legais aplicáveis na legislação nacional são a desapropriação para fins de utilidade pública (que ampara o proprietário² na reposição de terrenos e benfeitorias) e a reintegração de posse, para a desafetação de áreas públicas ocupadas irregularmente. Essa legislação está identificada a seguir:

- Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade: Regulamenta os Arts. 182º e 183º da CF/1988, estabelece as diretrizes gerais da política urbana, as normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental com fins de garantir a função social da cidade;
- Medida Provisória nº 2.220/2001 – Institui a concessão de uso especial para fins de moradia: Confere ao Poder Público, no seu Art. 5º, a faculdade de assegurar o direito à moradia em outro local, em caso ocupação de imóvel nas hipóteses nele enumeradas, dentre as quais, aqueles localizados em áreas de interesse da preservação ambiental e da proteção dos ecossistemas naturais. Esta faculdade aplica-se também aos demais casos de reassentamento populacional, mesmo naqueles em que não se pretende aplicar o novo instituto da concessão de uso especial para fins de moradia;
- Lei Federal nº 11.124/2005 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS): Criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e instituiu o Conselho Gestor do FNHIS;
- Portaria nº 317/2013 – Dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntário de famílias de seu local de moradia ou exercício de suas atividades econômicas, em aditamento aos atos normativos específicos, aplicáveis aos respectivos programas e ações, expedidos pelos órgãos do Governo Federal, observada ainda, a fonte de recursos;
- Lei Federal Nº 13.465/2017 – Dispõe sobre a Regularização Fundiária Rural e Urbana, instituindo no território nacional normas gerais e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (REURB), a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes;
- Decreto Federal nº 9.310/ 2018 – Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União; e

² Art. 1.228 do Código Civil: “O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha”.

- Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades (atual Ministério do Desenvolvimento Regional), que dispõe sobre o Trabalho Social nos Programas e Ações do Governo Federal, constitui-se em normativo relacionado em particular às intervenções de habitação e saneamento, objeto de operações de repasse e financiamento firmadas com o setor público; inseridas em programas do Governo Federal.

O Marco de Políticas Ambientais do BID estabelece, no PDAS.5, a necessidade de identificar os impactos e soluções aplicáveis para sua mitigação quando o projeto implicar em aquisição de terras que resultem em perda de moradia e/ou deslocamento econômico, resultando em perda de renda e meios de subsistência. Nesse Padrão está estabelecido o conceito de reassentamento involuntário: “é considerado involuntário quando as pessoas afetadas pelo projeto não têm o direito de recusar a aquisição de terras ou restrições ao uso da terra que resultam em deslocamento físico ou econômico.” Nesse contexto, os projetos com impactos sociais potenciais adversos significativos quanto a este PDAS, ou seja, que exigem reassentamento involuntário de comunidades beneficiárias do Programa, não serão elegíveis para financiamento no Programa³.

Na Amostra Representativa do PDUOT está prevista a desapropriação de terrenos para a construção da Avenida Interbairros. Não são esperados reassentamento de famílias ou atividades econômicas urbanas nas obras da AR. Os terrenos a serem ocupados pela Avenida Interbairros são, originalmente, área rural sem produção que foram inseridos em área de expansão urbana no zoneamento territorial vigente. O traçado completo da via não é parte da AR e estará circunscrito à faixa de domínio e leito carroçável de trecho pertencente à empresa LASA, demarcado em vermelho, conforme pode ser observado na Figura Nº 1.

Na eventualidade de afetação que implique no reassentamento involuntário de famílias ou atividades econômicas em obras fora da AR e cujos projetos ainda não foram detalhados, devem ser cumpridos os procedimentos exigidos no PDAS.5.

1.5. Reassentamento de Famílias e Atividades Econômicas

As obras da AR, que contam com projetos executivos já elaborados ou em finalização, implicarão na desapropriação de terrenos afetados para a implantação das obras da AR. No cenário de preparação do Programa e finalização dos projetos incluídos AR, será necessário elaborar Programa de Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário que contemple as áreas de desapropriação necessárias para a construção da Avenida Interbairros (trecho compreendido na AR), ETE Interbairros e EEE projetadas.

Para definir a elegibilidade dos afetados na poligonal de obra é necessário iniciar as ações básicas de cadastro físico territorial e socioeconômico. A partir desse conhecimento associa-se a elegibilidade às soluções aplicáveis. Para tanto as etapas necessárias estão descritas a seguir.

³ Não serão elegíveis intervenções que sejam classificadas como de categoria A, conforme PDAS.1

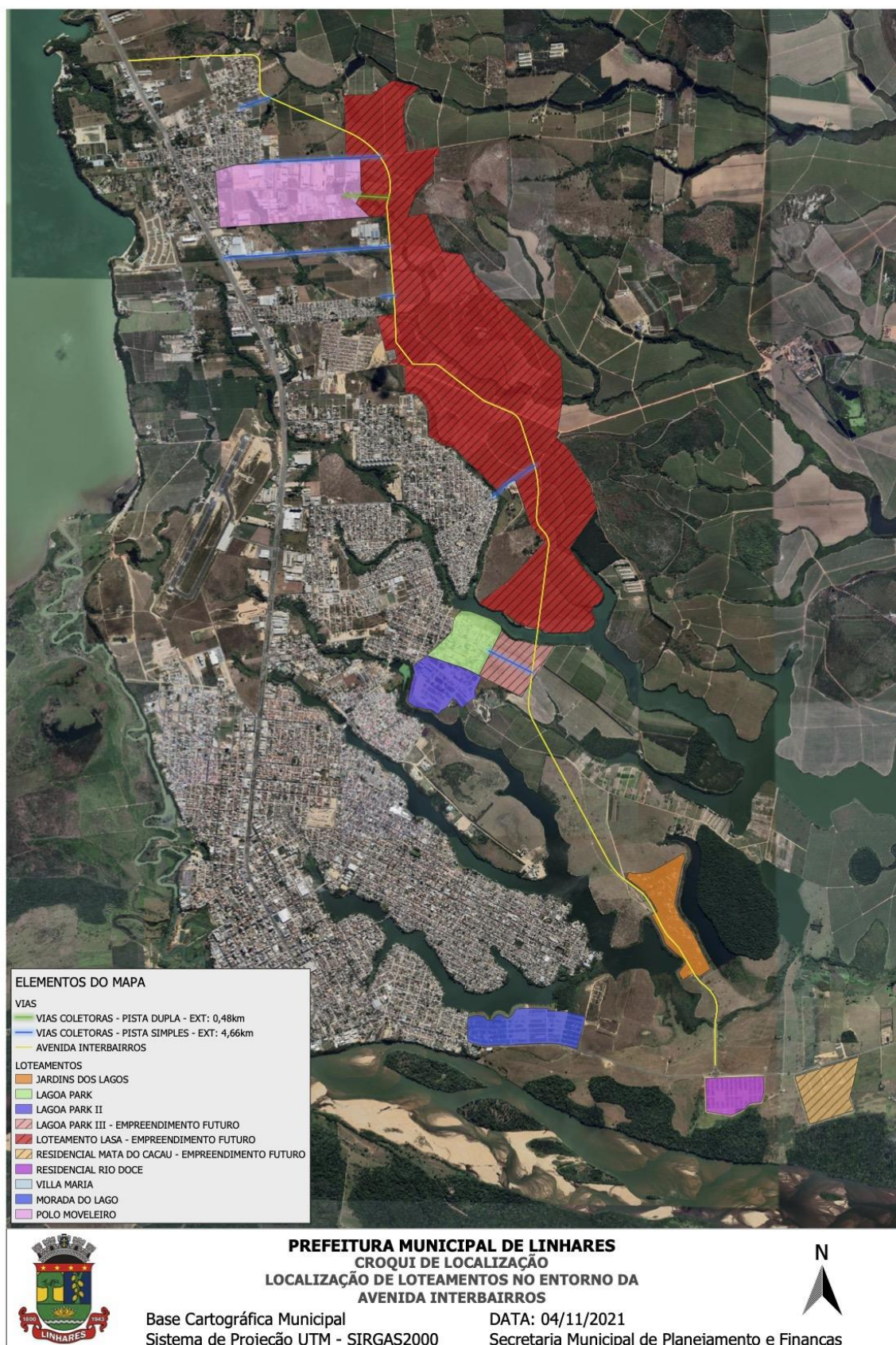


Figura Nº 1: Mostra o traçado completo da via que não é parte da AR e estará circunscrito à faixa de domínio e leito carroçável de trecho pertencente à empresa LASA, demarcado em vermelho

Identificação dos imóveis afetados

- perímetro demarcado;
- uso do solo; e
- situação fundiária – propriedade, posse, cessão de uso

Decreto de Utilidade Pública - emissão e/ou atualização de Decretos de Desapropriação e Reintegração de Posse

- demarcação e consolidação das poligonais;
- mapas com demarcação da poligonal de desapropriação e respectiva(s) envoltórias de realocização, juntamente com descrição do conteúdo do decreto de desapropriação;
- redação dos decretos;
- aprovação dos decretos por instância competente; e
- publicação do decreto em jornais de larga circulação local/regional

Cadastro Socioeconômico – identificação de ocupação de imóveis e estruturação dos seguintes aspectos

- Perfil da População
 - a. Idade e Gênero
 - b. Nível de Instrução
 - c. Fontes da Renda Familiar (trabalho, aposentadorias, bolsa família e outros).
 - d. Renda individual e Renda Familiar
 - e. Orçamento Doméstico
 - f. Predisposições e expectativas com relação à realocização (pergunta aberta)
 - g. Aspectos vistos como imprescindíveis para adesão ao reassentamento involuntário (pergunta aberta)
- Perfil dos Imóveis
 - a. Tamanho do terreno e da área de benfeitorias
 - b. Condição de ocupação da moradia
 - c. Situação Fundiária
 - d. Tipo (térreo ou número de pavimentos)
- Perfil da atividade econômica
 - a. Ramo de Atividade Econômica por Empreendimento
 - b. Situação de Formalidade/Informalidade
 - c. Início da Atividade Econômica no Local
 - d. Tipo de Construção dos Estabelecimentos
 - e. Principais problemas enfrentados pelo negócio (físicos/urbanísticos econômicos e sociais)
 - f. Volume e valor faturamento médio Mensal

- g. Origem das Matérias Primas, Mercadorias e Serviços
- h. Destino das Matérias Primas, Mercadorias e Serviços

Cadastro socioeconômico inicial

O cadastro inicial deve ser realizado juntamente com a selagem dos imóveis da envoltória de reassentamento. Essa etapa define a data de corte para considerar o total de afetados e associar a solução de reassentamento aplicável. A família ou pessoa que tiver registro no cadastramento realizado independente da sua situação de ocupação do imóvel afetado e que mantiver sua situação de residência até o momento da aplicação da solução será considerada no computo das afetações.

Revalidação do cadastro (previamente à execução das obras)

Em projetos que implicam em reassentamento involuntário de famílias ou negócios tem sido consenso entre os profissionais que, havendo defasagem superior a 2 anos entre a realização do cadastro inicial e a efetiva desocupação das áreas, deve ser realizada uma revalidação cadastral; e a situação registrada na revalidação será considerada para definir o público-alvo das desapropriações e as soluções de reposição de moradia ou restabelecimento de atividades econômicas que devem ser oferecidas aos afetados.

Inclusão de novas áreas na poligonal de intervenção

A compatibilização das envoltórias de reassentamento com a realidade de campo definirá a inclusão de novas áreas de intervenção. Essas áreas serão objetos de um novo cadastramento e/ou da realização de consistência cadastral e sua população passa a ser considerada beneficiária do Programa de acordo com os critérios de elegibilidade para a população originalmente cadastrada. Trata-se de incluir, com os mesmos critérios e cumprimento de diretrizes, a população afetada por redefinição de poligonal de obra, ou ajustes eventuais que sejam necessários no desenho executivo final das obras.

Definição e qualificação dos afetados pelas obras

- a. Proprietário: é todo aquele que tem o direito de gozar e dispor das coisas de modo pleno e exclusivo, nos limites e com observância das obrigações estabelecidas na ordem jurídica. Fundamentação legal: Art.1228 do Código Civil.
- b. Inquilino ou locatário: é todo aquele que mora em imóvel cedido mediante locação. Fundamentação Legal: Lei do Inquilinato nº 8.245/91.
- c. Possuidor: é todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Fundamentação Legal: Art.226 §4º da Constituição Federal.
- d. Cedido: é todo aquele residente num imóvel, membro ou não da célula familiar, cujo proprietário não resida no mesmo imóvel, à exceção daquele como qual o proprietário/possuidor do referido bem mantenha relação de parentesco em linha reta de 1º grau.

Soluções de reposição e compensação

O Programa deverá prover soluções compatíveis com a situação de cadastro de cada afetado pelo reassentamento involuntário. A definição e qualificação dos afetados descrita nos parágrafos anteriores pode orientar a elaboração das soluções a serem contempladas no Plano de Reassentamento e/ou de Restauração de Atividades Econômicas. Quando a magnitude da afetação - aquisição de terras ou afetação de moradias e atividades econômicas – não estiver definida no estágio de desenvolvimento do projeto/obras, o mutuário desenvolverá estrutura de Reassentamento ou Reposição de meios de subsistência compatível com os princípios do PDAS.5.

Quando os componentes individuais do projeto forem definidos e as informações necessárias estiverem disponíveis, essa estrutura será expandida para um Plano de Ação de Reassentamento ou Plano de Restauração de Meios de Subsistência específico (vide parágrafo 16 do PDAS.5)

II. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PGAS

Este PGAS contempla os procedimentos, instrumentos de gestão ambiental e social do Programa, incluindo programas de controle ambiental e mitigação de impactos socioambientais das intervenções propostas dos projetos da amostra representativa do Programa de Desenvolvimento Urbano e Ordenamento Territorial do Município de Linhares - ES. Tais procedimentos e programas de controle e mitigação decorrem dos impactos identificados durante a elaboração da Avaliação Ambiental e Social – AAS do Programa. Além disso, o PGAS contém programas gerais de comunicação e consulta com as comunidades beneficiadas pelo programa e mecanismos de recepção e resolução de conflitos e queixas.

Visando assegurar a qualidade ambiental e a sustentabilidade das intervenções, por meio da implementação dos programas socioambientais, este PGAS tem os seguintes objetivos específicos:

- acompanhamento das intervenções e da implementação dos programas de controle ambiental;
- assegurar a implementação das medidas de controle e mitigação de impactos previstas, bem como os recursos humanos e financeiros necessários;
- sistematizar informações sobre as questões socioambientais dos relatórios periódicos enviados ao BID;
- assegurar que a mão-de-obra utilizada não contribua para a degradação ambiental;
- assegurar o menor nível de interferência das atividades dos canteiros e dos trabalhadores no cotidiano das comunidades locais;
- evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos significativos potenciais durante o período de implantação;

- assegurar mecanismos para o envolvimento e participação de todos os grupos de interesse, das comunidades beneficiadas e grupos mais vulneráveis nas ações de gestão socioambiental dos projetos e atividades, incluindo canais de comunicação e resolução de queixas descritos no Mecanismo de Resolução de Queixas assegurado no PDAS.10;
- assegurar a saúde e segurança dos trabalhadores nas obras do Projeto e das comunidades vizinhas as obras; e
- assegurar o cumprimento continuado da legislação ambiental e trabalhista do Marco de Políticas Ambientais e Sociais – MPAS do BID.

III. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO PDUOT – AMOSTRA REPRESENTATIVA

3.1. Estrutura Organizacional e Competências

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Linhares, apresentada na Figura Nº 2, foi definida pela Nº 2.560/2005. A Unidade de Gestão do Programa – UGP está subordinada à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, embora outras secretarias municipais, além do Serviço Autônomo de Águas e Esgoto, também estejam envolvidas com o PDUOT: i) Secretaria de Planejamento e Finanças; ii) Secretaria de Assistência Social; iii) Secretaria de Meio Ambiente; iii) Secretaria de Desenvolvimento Urbano; e iv) Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

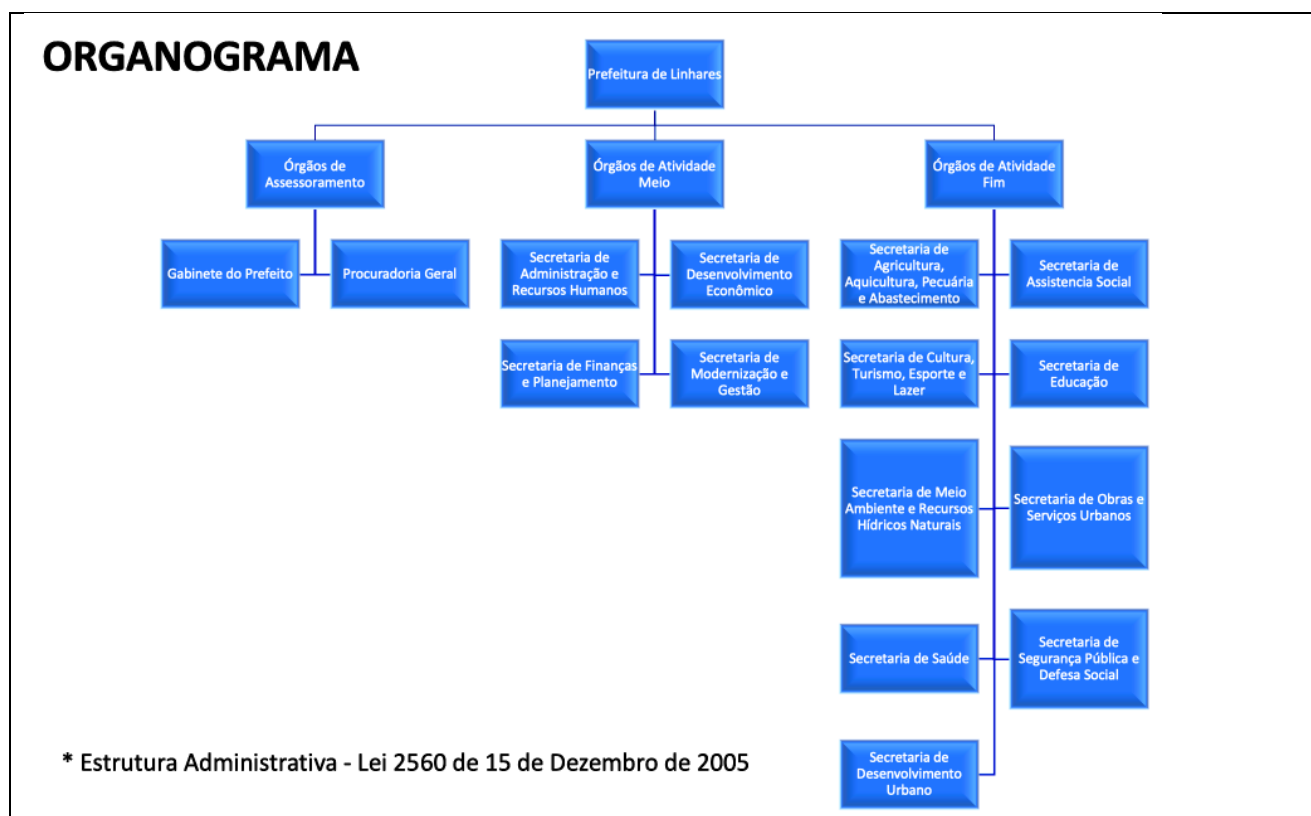


Figura Nº 2: Organograma da Prefeitura Municipal de Linhares

A participação das secretarias municipais e do Serviço Autônomo de Água e Esgoto no PDUOT se dará por meio do desenvolvimento das seguintes atividades:

Secretaria de Obras e Serviços Urbanos: orientações estratégicas e acompanhamento da execução do Programa; articulação entre os órgãos da Administração direta e indireta do Município, visando o apoio à UGP; acompanhamento do desempenho da UGP na execução do Programa; e execução dos projetos e implantação e fiscalização das obras de todas as tipologias no âmbito da Administração Pública Municipal.

Secretaria de Planejamento e Finanças: acompanhar o cumprimento das normas e dos padrões estabelecidos, no que se refere aos procedimentos administrativos e financeiros do Programa; elaboração e formalização das propostas orçamentárias anuais do Programa, no que se refere à alocação dos recursos de contrapartida e da operação de crédito; execução dos pagamentos no âmbito do Programa; e geração de informações financeiras e prestação de contas do Contrato de Empréstimo.

Secretaria de Assistência Social: planejamento, supervisão, monitoramento e avaliação das ações, dos serviços, dos programas e dos projetos da política de Assistência Social; incentivo, estímulo e apoio ao desenvolvimento comunitário e às atividades socioeducativas; realização ou colaboração com o levantamento de dados de famílias na zona de abrangência do Projeto; subsídio ao contato com a comunidade local, a fim de mobilizar a sociedade civil para eventos, oficinas, audiências públicas, etc.

Secretaria de Meio Ambiente: licenciamento ambiental dos empreendimentos do Programa e execução das demais atividades relacionadas às questões ambientais e de recursos hídricos; planejamento e operacionalização da política Municipal do Meio Ambiente, assegurando ampla participação da sociedade; e intermediação com os demais órgãos ambientais de licenciamento, autorização e permissão de uso dentro das áreas abrangidas pelo Programa. Há que se considerar que esta Secretaria já conta com um Código Municipal de meio Ambiente e um Programa Municipal de educação Ambiental;

Secretaria de Desenvolvimento Urbano: planejamento, supervisão, execução, monitoramento e avaliação das ações de habitação e zoneamento urbano; planejamento e aplicação das diretrizes para parcelamento do solo urbano, fomentando a implantação de projetos paisagísticos e de preservação das lagoas urbanas; fiscalização de obras particulares e posturas; e fornecer os subsídios às informações necessárias ao desenvolvimento do PDUOT.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto: acompanhamento do desenvolvimento das ações inerentes aos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto; ampliação das ações de fiscalização para reduzir número de lançamento de esgoto clandestino; operação do SES e SAA; e subsídios às informações necessárias ao desenvolvimento do PDUOT.

A UGP, por sua vez, será responsável por coordenar, planejar, monitorar e executar as atividades relacionadas aos projetos e ações do Programa financiados com recursos do BID. Exercerá, também, o papel de interlocutora da Prefeitura Municipal para os assuntos relacionados ao Programa.

A composição da UGP (Figura Nº 3) inclui um Coordenador Geral responsável pela direção, organização, supervisão e controle das atividades da Unidade, além da representação junto aos demais órgãos municipais, entidades e instituições internas e externas. Ao Coordenador Geral estão subordinados outras cinco Coordenadorias (Administrativo Financeiro, Aquisições, Projetos e Obras, Social e Ambiental) e, para garantir a implementação dos programas socioambientais propostos neste PGAS, a UGP, por meio das Coordenações Ambiental e Social deverá contar com equipes de gestão ambiental e social - EGAS composta por especialistas em meio ambiente e ações sociais das próprias secretarias municipais participantes do Programa ou contratados externamente. A EGAS terá as seguintes responsabilidades específicas:

- coordenar, gerenciar e executar, diretamente ou com o apoio de terceiros, os trabalhos relacionados com a execução das ações dos programas do PGAS, do MGAS e do SGAS, que compõem documentos distintos deste PGAS, focado nas obras da AR;
- dar apoio técnico no planejamento inicial das ações socioambientais previstas para os projetos e na avaliação periódica de desempenho ambiental e social do Programa;
- incluir as especificações socioambientais no memorial descritivo dos projetos;
- preparar os critérios de elegibilidade ambiental a serem incluídos nos editais de licitação das intervenções;
- adotar procedimentos e acompanhar a outorga das licenças ambientais necessárias para a implantação das intervenções;
- decidir sobre as ações e os procedimentos das intervenções, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais negativos ou riscos de desastres;
- visitas periódicas às obras e demais atividades do Programa, para verificar e atestar que todas as atividades relativas às questões socioambientais estão sendo executadas dentro dos padrões de qualidade recomendados e de acordo com as condicionantes das licenças ambientais e das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- aprovar a medição dos serviços relacionados à conservação e recuperação ambientais executados, bem como das atividades relacionadas às intervenções que possam promover danos ambientais;
- apresentar à Coordenação da UGP, periodicamente, da avaliação da eficiência dos programas socioambientais relacionados às intervenções físicas previstas e dos ajustes necessários;
- recomendar à UGP penalidades às empreiteiras de obras, no caso de não atendimento dos requisitos socioambientais, ou seja, na situação de configuração de não-conformidades significativas e não resolvidas no âmbito das reuniões de

planejamento de obras; e

- manter a documentação de cumprimento dos planos de gestão socioambientais e do registro do cumprimento dos indicadores. Estas exigências devem ser apresentadas nos relatórios semestrais encaminhados ao BID.

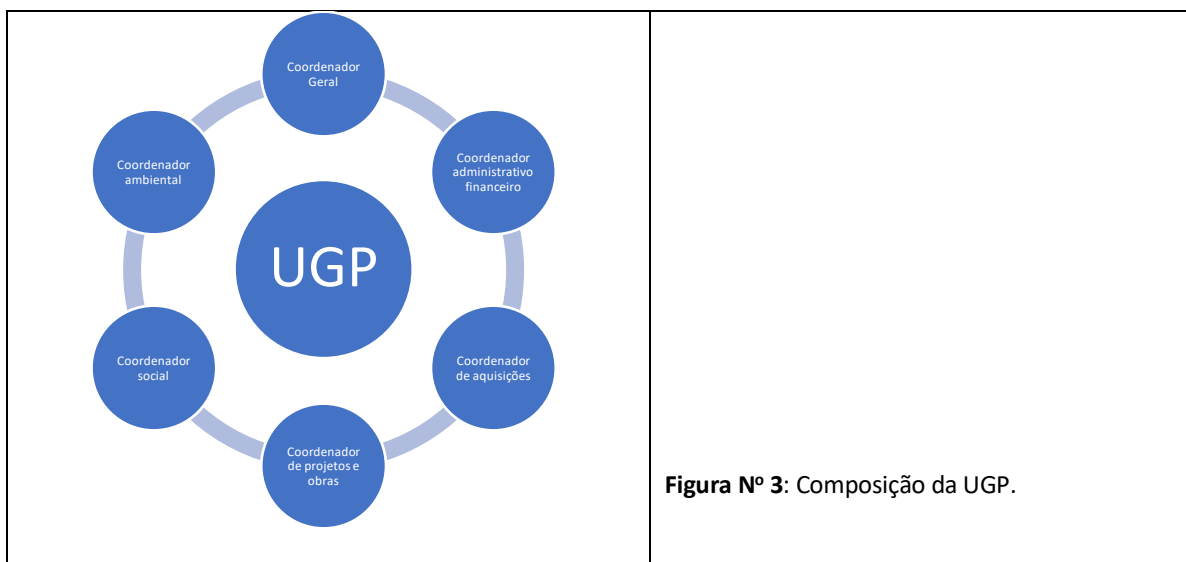


Figura Nº 3: Composição da UGP.

Os especialistas em meio ambiente e ações sociais da UGP deverão se articular com as diversas instituições envolvidas direta e indiretamente com o Programa, além das empresas contratadas. As suas atuações deverão garantir:

- a adoção de conceitos de sustentabilidade, conservação e gestão ambiental, na elaboração ou revisão dos projetos do Programa;
- o planejamento ambiental das intervenções físicas, considerando o ciclo de vida das intervenções;
- a divulgação de informações sobre a operação ao longo do ciclo de construção e operação
- a articulação com os organismos de controle ambiental na busca de soluções, no que se refere aos processos de licenciamento ambiental nas fases de implantação e operação das intervenções do Programa;
- a avaliação e aprovação previa, no âmbito da UGP, das intervenções propostas para as áreas contempladas pelo Programa, garantindo a inserção da dimensão ambiental na tomada de decisão dos projetos;
- a adoção de medidas administrativas que garantam a execução das ações de comunicação social, relativas à convivência com as obras, devidamente articuladas com o seu planejamento;
- o monitoramento das obras e serviços de recuperação ambiental e requalificação ambiental da área de implantação dos projetos;

- a recomendação de ações e procedimentos de obras, de modo a evitar, minimizar, controlar ou mitigar impactos potenciais;
- a avaliação periódica da eficiência dos programas do PGAS e indicação dos ajustes necessários;
- a aprovação, em conjunto com a UGP, das penalidades às empresas construtoras, no caso de não atendimento dos requisitos ambientais;
- a aprovação, em conjunto com a UGP, da paralisação da intervenção no caso de ações que tragam impactos ambientais significativos, de modo a possibilitar a adoção de medidas corretivas em tempo hábil;
- a preparação e apresentação dos relatórios periódicos de supervisão ambiental à Coordenação da UGP e ao BID; e
- o atendimento aos questionamentos da sociedade civil, incluindo ONGs e outras partes interessadas nas intervenções e nos programas do PGAS.

Para o efetivo gerenciamento e controle ambiental das intervenções, os programas do PGAS deverão obedecer ao mesmo cronograma dessas intervenções. Os seus custos deverão ser incorporados aos custos da intervenção⁴, com exceção da Gestão Ambiental e dos Programas de Comunicação Social e Educação Ambiental, que deverão estar a cargo da UGP.

Há que se considerar, ainda, que os contratos de obras deverão incluir cláusulas referentes à obrigatoriedade de cada empresa cumprir com todas as medidas ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalhador previstas neste PGAS e na legislação. Tal obrigatoriedade deverá ser explicitada por meio de mecanismos de medição e pagamento das atividades relacionadas a qualidade e ao controle socioambiental.

Os Programas do PGAS, apresentados a seguir, foram desenvolvidos com base nas atividades necessárias ao controle ambiental e à mitigação de impactos socioambientais das intervenções do PDUOT.

3.2. Lista de Exclusões Ambientais e Sociais

O Programa não financiará, direta ou indiretamente, projetos e atividades envolvidos na produção, comércio ou uso dos produtos, substâncias ou atividades listadas abaixo.

- Atividades que são ilegais de acordo com as leis, regulamentos ou convenções e acordos internacionais ratificados, ou sujeitas a interrupções ou proibições internacionais, como:
 - uso de materiais que contém asbesto/amianto;

⁴ Todas as atividades socioambientais previstas deverão ser incluídas na mesma planilha de custos das atividades de engenharia e obra.

- uso de produtos farmacêuticos, pesticidas/herbicidas e outras substâncias perigosas sujeitas a interrupções ou proibições internacionais⁵;
 - uso de poluentes Orgânicos Persistentes - POP⁶;
 - uso de substâncias que destroem o ozônio sujeitas a eliminação internacional⁷;
 - interferências com a vida selvagem ou uso de produtos da vida selvagem regulamentados pela Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna Selvagem e Flora⁸;
 - comércio transfronteiriço de resíduos ou produtos residuais⁹, exceto de resíduos não-perigosos destinados à reciclagem; e
 - tintas ou revestimentos à base de chumbo na construção de estruturas e rodovias¹⁰.
- Atividades ilegais de acordo com as leis e os regulamentos do país ou convenções e acordos internacionais ratificados, relacionados à proteção de recursos da biodiversidade ou patrimônio cultural; e
 - Atividades que, embora consistentes com a estrutura legal e regulatória do país, podem gerar impactos adversos significativos nas pessoas e no meio ambiente, tais como fibras de amianto não ligadas ou produtos que contenham amianto.

IV. PROGRAMAS DE CONTROLE E MITIGAÇÃO DE IMPACTOS

4.1. Programa de Gerenciamento Ambiental de Obras

4.1.1. Objetivos

Este Programa de Gerenciamento Ambiental, que se aplica à todas as obras, apresenta uma síntese dos procedimentos de gestão socioambiental necessários ao efetivo controle da qualidade ambiental das obras e do próprio PDUOT.

⁵ Os documentos de referência são: Regulamento CEE do Conselho nº 2455/92 de 23 de Julho de 1992 relativo à exportação e à importação de determinados produtos químicos perigosos, alterado de tempos em tempos; Lista Consolidada das Nações Unidas de produtos cujo consumo e/ou venda foram banidos, retirados do mercado, tiveram sua circulação “severamente restrita” ou não foram aprovados por órgãos governamentais; Convenção de Roterdã sobre o Procedimento de Consentimento Prévio Informado Aplicado a Certos Agrotóxicos e Substâncias Químicas Perigosas Objeto de Comércio Internacional (Convenção de Roterdã); Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes; Classificação de Pesticidas por Risco Recomendada pela Organização Mundial da Saúde; Restrições de Uso e Disponibilidade de Medicamentos da Organização Mundial da Saúde.

⁶ Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes, e alterações de 2009.

⁷ Substâncias que destroem a camada de ozônio (ODS) são compostos químicos que reagem e destroem a camada de ozônio da estratosfera, resultando nos divulgados “buracos na camada de ozônio”. O Protocolo de Montreal lista ODS e as datas de meta de redução e eliminação. Os compostos químicos regulados pelo Protocolo de Montreal incluem aerossóis, refrigerantes, agentes de expansão na fabricação de espumas, solventes e agentes de proteção contra incêndios (<https://ozone.unep.org/treaties/montreal-protocol>).

⁸ www.cites.org

⁹ Conforme a Convenção da Basileia (www.basel.int).

¹⁰ Tintas e revestimentos com concentração total de chumbo maior que 90ppm ou a concentração limite determinada pelo país anfitrião, o que for menor.

As obras deverão ser objeto de supervisão ambiental periódica, realizada pelos especialistas ambiental e social da UGP (Coordenações Ambiental e Social), concomitantemente à supervisão técnica das obras e com periodicidade a ser definida, visando o cumprimento dos seguintes objetivos:

- avaliar como as diretrizes e os procedimentos para o Controle Ambiental das Obras estão sendo observadas;
- avaliar como os componentes de gerenciamento ambiental estão sendo implementados; e
- indicar medidas para aprimorar a qualidade ambiental das obras e propor aperfeiçoamentos ao gerenciamento ambiental.

4.1.2. Responsabilidades

O Programa de Gerenciamento Ambiental da Construção será de responsabilidade direta da UGP.

4.1.3. Custos

Os custos para a implantação deste Programa estão embutidos nos custos de gerenciamento da UGP.

4.2. Programa de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil

4.2.1. Objetivos

Os objetivos deste programa são: i) estabelecer as diretrizes para a gestão dos resíduos gerados pela eventual demolição parcial de prédios e infraestrutura (calçadas, vias etc.) para a implantação das obras do Programa, de forma a disciplinar as ações necessárias para minimizar os impactos socioambientais; e ii) conscientização de todos os envolvidos com as obras do PDUOT para aplicar a metodologia de redução de resíduos, manuseio e disposição correta dos resíduos, reutilização e reciclagem de material.

4.2.2. Etapas de Desenvolvimento

A disposição final dos resíduos da construção civil – RCC é disciplinada pela Resolução CONAMA Nº 307/2002, que também prevê penalidades para a disposição final em desacordo com a legislação.

Essa Resolução exige do poder público municipal a elaboração de leis, decretos, portarias e outros instrumentos legais como parte da construção da política pública que discipline a destinação dos RCC e identifica como responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos os participantes do processo construtivo (setor produtivo) e o setor público. Os primeiros incluem os geradores e transportadores dos resíduos sólidos, sejam os construtores ou os responsáveis pelas obras (mestres, arquitetos,

engenheiros etc.), e os que transportam os entulhos, também conhecidos por caçambeiros ou coletores de entulhos.

No setor público estão incluídos principalmente os municípios e seus vários órgãos responsáveis pela limpeza urbana, pelo meio ambiente, pela pavimentação, pela habitação, pelas obras em geral etc.

Dessa forma, o cumprimento da Resolução CONAMA Nº 307/2002 deve contemplar: i) o Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PMGRCC); e ii) os Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC). O primeiro é de responsabilidade do município e, o segundo, de responsabilidade dos grandes geradores (construtores e responsáveis pelas obras).

O PMGRCC deverá incorporar as diretrizes necessárias com relação às áreas de recebimento, separação, armazenamento, processamento e reciclagem dos resíduos sólidos oriundos de canteiros de obra, incorporando:

- as diretrizes técnicas e os procedimentos para o PMGRCC e para os PGRCC, a serem elaborados pelos grandes geradores, possibilitando o exercício das responsabilidades de todos os geradores;
- o cadastramento de áreas, públicas ou privadas, aptas para recebimento, triagem e armazenamento temporário de pequenos volumes, em conformidade com o porte da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos volumes, em conformidade com o ponto da área urbana municipal, possibilitando a destinação posterior dos resíduos oriundos de pequenos geradores às áreas de beneficiamento;
- o estabelecimento de processos de licenciamento para as áreas de beneficiamento e de disposição final de resíduos;
- a proibição da disposição dos resíduos de construção em áreas não licenciadas;
- o incentivo a reinserção dos resíduos reutilizáveis ou reciclados no ciclo produtivo;
- a definição de critérios para o cadastramento de transportadores;
- as ações de orientação, de fiscalização e de controle dos agentes envolvidos; e
- as ações educativas visando reduzir a geração de resíduos e a sua segregação.

Os PGRCC, por sua vez, deverão conter informações com relação à quantidade e tipos de resíduos gerados, triagem (de preferência no momento da sua geração), acondicionamento, destinação e transporte. A responsabilidade do transporte será também das empresas coletoras, que deverão responder às diretrizes estabelecidas pelo PGRCC.

Para cumprimento do PGRCC deverão ser observadas as etapas apresentadas no Quadro Nº 1.

O PGRCC, a ser elaborado pelas empresas construtoras, deverá ser composto pelo plano de redução de resíduos, reutilização e reciclagem, desenvolvido antes do

início

das

obras.

CARACTERIZAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS
Triagem	Realizada, preferencialmente, pela origem, ou nas áreas de destinação respeitadas as classes de resíduos.
Acondicionamento	O gerador deve garantir o confinamento dos resíduos após a geração até a etapa de transporte, assegurando em todos os casos possíveis, as condições de reutilização e de reciclagem.
Transporte	Realizado conforme as normas transporte de resíduos.
Destinação	Deve atender a Resolução CONAMA Nº 307/02, conforme descrito em “Destinação dos Resíduos da Construção Civil”.

Quadro Nº 1: Etapas de cumprimento do PGRCC

4.2.3. Procedimentos Recomendados

Em síntese, para o gerenciamento dos resíduos nos canteiros e frentes de obras são recomendados os procedimentos a seguir:

a) Acondicionamento Inicial e Segregação na Fonte

A triagem dos resíduos deve ocorrer o mais próximo possível do local de sua geração, sendo o tratamento realizado de acordo com o Quadro Nº 1. A frequência da coleta é determinada pela quantidade dos resíduos, de forma a impedir o seu acúmulo, o comprometimento da sua segregação e a posterior destinação e dos demais serviços na obra.

b) Acondicionamento Final

As formas de acondicionamento dos resíduos são apresentadas no Quadro Nº 2. No acondicionamento dos resíduos os seguintes aspectos devem ser considerados: i) volume; ii) facilidade de coleta; iii) segurança dos trabalhadores e da comunidade; e iv) preservação da qualidade dos resíduos nas condições necessárias para sua destinação ou reutilização.

c) Destinação

A destinação dos resíduos deve ser indicada pela empresa construtora e aprovada pela UGP.

O local deverá ser selecionado considerando os seguintes fatores:

- qualidade ambiental do local da destinação;
- viabilidade econômica (custo do transporte e valoração dos resíduos); e
- possibilidade de utilização dos resíduos nas áreas de influência das obras.

A destinação dos resíduos pode ser realizada por empresa terceirizada, desde que credenciada nos órgãos ambientais estadual e municipal e aprovada pela UGP, que deve acompanhar, mensalmente, se a empresa construtora ou terceirizada

contratada para os serviços estão dando aos resíduos a destinação e disposição adequadas. Os resíduos devem ser acompanhados até sua destinação final por meio de licenças e comprovantes de recebimento.

d) Resíduos Classe D

A Resolução CONAMA Nº 307/02 em seu Artigo 3º IV classifica como Classe D os resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas, instalações industriais, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde.

Algumas construções, que poderão ser parcial ou totalmente demolidas para a reforma e implantação das obras do Programa, podem conter telhas de cimento amianto exigindo, portanto, cuidados especiais com o manuseio e a disposição adequada (Quadro Nº2). Neste caso, as telhas devem ser removidas da construção com o máximo cuidado, inteiras e adequadamente acondicionadas em caçambas/contêineres específicos. O trabalhador responsável pelo serviço deverá ser treinado e estar devidamente protegido com Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados.

e) Avaliação de Desempenho

O desempenho da Gestão de Resíduos de Obra deve ser avaliado periodicamente pela UGP, considerando os seguintes aspectos:

i) Limpeza e Segregação na Fonte, observando:

- a limpeza do local e entorno;
- a segregação e organização dos materiais;
- o uso correto dos dispositivos de acondicionamento; e
- a segregação dos resíduos;

ii) Acondicionamento final, observando:

- a identificação do resíduo;
- a quantidade de resíduo no dispositivo de acondicionamento;
- a segregação dos resíduos; e

iii) Destinação dos resíduos, observando-se:

- o estabelecimento adequado do destino;
- a existência de registro de destinação e cadastro de destinatário; e
- a eventual recusa no recebimento dos resíduos (resíduos misturados).

Quadro Nº 2: Quadro de Tratamento de Resíduos

TIPOS DE RESÍDUOS	ACONDICIONAMENTO INICIAL	ACONDICIONAMENTO FINAL	DESTINAÇÃO
Solos	<ul style="list-style-type: none"> Segregar em leiras, de no máximo 1,5m de altura, o solo argiloso separado do solo fértil (solo orgânico), para possível utilização na própria obra e na recuperação de áreas degradadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Em leiras, de no máximo 1,5m de altura, nas proximidades do local de reuso. Na caçamba dos caminhões que retiram o material. 	<ul style="list-style-type: none"> Reuso no próprio empreendimento; Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes licenciados; Aterros de outros locais; e Áreas degradadas em processo de recuperação (solo orgânico).
Vegetação	<ul style="list-style-type: none"> Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. 	—	<ul style="list-style-type: none"> Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados; e Áreas de transbordo e triagem para lenha, cadastrada na UGP.
Blocos de concreto, tijolos, argamassa, concreto, ladrilhos e demais qualificados pela CONAMA 307/2002	<ul style="list-style-type: none"> Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. 	<ul style="list-style-type: none"> Em caçambas estacionárias; Na caçamba dos caminhões que fazem a retirada do material. 	<ul style="list-style-type: none"> Aterro de resíduos de construção, demolição e inertes, devidamente licenciados; Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP.
Madeira	<ul style="list-style-type: none"> Em pilhas, formada no local da geração do resíduo. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas estacionárias. 	<ul style="list-style-type: none"> Áreas de transbordo e triagem, cadastrada na UGP; Empresas e cooperativas que utilizam a madeira para reuso ou combustível; e Aterro sanitário.
Serragem	<ul style="list-style-type: none"> Em recipientes identificados (tambor ou caixote), localizados no local de geração (carpintaria). 	—	<ul style="list-style-type: none"> Reutilização dos resíduos nos derramamentos de óleo para absorção e secagem; e Aterro sanitário.
Plásticos (embalagens e restos de tubulações).	<ul style="list-style-type: none"> Recipientes específicos e sinalizados, localizados no local de geração. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas sinalizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas, empresas ou associações que coletam, separam, enfardam comercializam e reciclam aparas plásticas.
Metais (ferro, aço, fiação, arames, perfis etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Recipientes específicos e sinalizados localizados próximos ao local de geração; As peças grandes são empilhadas próximas ao local de geração. 	<ul style="list-style-type: none"> Em baias ou caçambas sinalizadas. 	<ul style="list-style-type: none"> Cooperativas, empresas ou associações que coletam, comercializam ou reciclam resíduos metálicos.
Restos de alimentos e suas embalagens e papéis sujos (refeitório, sanitários etc.)	<ul style="list-style-type: none"> Cestos de lixo (saco plástico para lixo). 	<ul style="list-style-type: none"> Sacos plásticos contendo os resíduos adequados para a coleta pública; 	<ul style="list-style-type: none"> Aterro para resíduos domésticos, por meio da coleta pública municipal (esta destinação não precisa ser registrada).

Quadro Nº 2: Quadro de Tratamento de Resíduos (Continuação).

TIPOS DE RESÍDUOS	ACONDICIONAMENTO INICIAL	ACONDICIONAMENTO FINAL	DESTINAÇÃO
Resíduos perigosos (solos contaminados com esgoto ou óleos, material contaminado com óleo, tinta, asfalto, Impermeabilizantes etc.), pilhas, baterias e lâmpadas fluorescentes, telhas de cimento amianto.	<ul style="list-style-type: none"> • Manuseio de acordo com os cuidados recomendados pelo fabricante; • Imediato transporte pelo usuário para o local de armazenamento final. 	<ul style="list-style-type: none"> • Em recipientes devidamente sinalizados e de uso restrito pelos responsáveis pelo manuseio desses resíduos; • Resíduos da caixa separadora de óleos e graxas e decorrentes de derramamentos de óleos devem ser acondicionados em tambores tampados e identificados, armazenados em local destinado para este fim, com solo impermeabilizado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disposição em aterros específicos para esses tipos de resíduos. (Classe D).
Resíduos provenientes de banheiros químicos	<ul style="list-style-type: none"> • No próprio banheiro. 	<ul style="list-style-type: none"> • Não tem. 	<ul style="list-style-type: none"> • O fornecedor do banheiro deve retirar os resíduos por meio de pipas, que encaminham os resíduos para locais licenciados. As licenças deverão ser conferidas pela UGP.

f) Demolição

As demolições nas áreas onde serão implantadas as novas obras do Programa, principais geradores de resíduos da construção civil, exigem o cumprimento de procedimentos específicos, quer para a garantia da qualidade ambiental, quer para o atendendo a Norma Regulamentadora (NR -18) do Ministério da Economia. A demolição, caracterizada como a destruição, de forma deliberada, de edificações, calçadas, pavimentos etc., total ou parcial, e demais construções ou estruturas para dar outro destino aos espaços por elas ocupados, compreende as seguintes atividades:

- remoção de estruturas de concreto, alvenarias, cerâmica e madeira;
- remoção de tubulações;
- remoção de coberturas, vidros, louças, metais e esquadrias.

Quando o reaproveitamento do material (entulho) não for possível na própria obra, este deverá ser conduzido à local apropriado (bota-fora, aterro sanitário ou outro, devidamente licenciado ou aprovado pelo órgão ambiental local).

A demolição poderá ser feita por meio de ferramentas manuais ou mecânicas, de modo a garantir a integridade dos materiais para o seu possível reaproveitamento.

Deve ser programada e dirigida por profissional legalmente habilitado, sendo indispensável a presença de um Técnico de Segurança do Trabalho – TST, orientando a correta utilização dos EPI (Equipamentos de Proteção Individual) pelos trabalhadores envolvidos na atividade.

A área circunvizinha a demolição precisa ser avisada previamente e isolada durante a atividade, evitando contratempos e acidentes.

O Quadro Nº 3 contém as medidas de controle, de acordo com a Norma Regulamentadora - NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção).

As estruturas e demais peças a demolir, deverão ser reduzidas a fragmentos de dimensões compatíveis com o emprego do equipamento de carga e transporte, e com a conformação estética do local do bota-fora.

Todo entulho será transportado, depositado e espalhado em bota-fora licenciado, em localização estabelecida no Projeto aprovado ou indicado pela UGP.

Os veículos de transporte de entulho deverão ser carregados de modo a evitar o derramamento ou espalhamento pelas vias públicas do entulho proveniente das demolições. Caso isso ocorra, a empreiteira de obra deverá limpar os locais sem ônus para o Programa.

4.2.4. Responsabilidade

O PGRCC será de responsabilidade das empresas construtoras.

4.2.5. Custos

Os custos deste programa são diluídos nos custos das obras.

Quadro Nº 3: Medidas de Controle de Demolição

FASES DA ATIVIDADE	MEDIDAS DE CONTROLE
Antes de iniciar a Demolição (Planejamento)	As linhas de fornecimento de energia, água, inflamáveis líquidos e gasosos, substâncias tóxicas, canalizações de esgoto e de escoamento de água devem ser desligadas, retiradas, protegidas ou isoladas, respeitando-se as normas em vigor.
	As construções vizinhas à demolição devem ser vistoriadas, visando preservar a estabilidade e a integridade física de terceiros.
	Devem ser removidos os vidros, ripados, estuques e outros elementos frágeis.
	Antes do início da demolição de um pavimento devem ser fechadas todas as aberturas existentes no piso, salvo as utilizadas para escoamento de materiais, sendo proibida a permanência de pessoas nos pavimentos que possam ter a estabilidade comprometida no processo de demolição.
Durante a Demolição	As escadas devem ser mantidas desimpedidas e livres para a circulação de emergência e somente serão demolidas à medida que forem sendo retirados os materiais dos pavimentos superiores.
	Os objetos pesados ou volumosos devem ser removidos com dispositivos mecânicos, ficando proibido o lançamento em queda livre de qualquer material.
	Os elementos da construção em demolição não devem ser abandonados em posição que torne possível o seu desabamento.
	Os materiais das edificações, durante a demolição e remoção, devem ser previamente umedecidos.

4.3. Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito.

4.3.1. Objetivos

O Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO tem como objetivos fornecer os elementos técnicos necessários à redução dos danos ambientais decorrentes das obras, disponibilizar às empreiteiras os critérios ambientais a serem respeitados durante as obras e, finalmente, aos trabalhadores, estabelecer as normas para uma conduta ambientalmente correta nos canteiros de obra. Os procedimentos de controle ambiental se dirigem à implantação dos canteiros de obra e ao controle de ruídos e emissões atmosféricas.

4.3.2. Preparação do terreno

A preparação da área necessária à implantação das obras deverá ser realizada com os cuidados ambientais necessários para reduzir os danos e possibilitar a adequada recuperação ambiental do entorno da obra.

Durante a raspagem do solo, quando a obra ocorrer em terreno natural, a terra fértil do *horizonte "A"* deverá ser separada e adequadamente estocada, de forma a não interferir nos demais serviços e prevenir os processos erosivos, visando a sua redistribuição nas áreas com solo em exposição no entorno dos novos empreendimentos, logo após a conclusão da obra. O transporte de terra para o exterior da área da obra deverá ser evitado. O excedente decorrente da abertura de valas, cortes etc., bem como o material que não puder ser utilizado no próprio local ou na recuperação do entorno e dos acessos, deverá ser disposto em bota-fora devidamente licenciado.

4.3.3. Instalação e Operação do Canteiro de Obras

O canteiro de obras, dependendo do porte da obra, é composto pelos seguintes elementos: edificações provisórias para administração e serviços; depósito; refeitório; pátio de material de construção (brita, areia, ferragem, madeira, bota-fora temporário etc.); carpintaria; pátio de armação, vestiários e sanitários e guarita. O perfil de obras previstas e a localização das mesmas não supõe acampamento de trabalhadores, o que evita a potencial ocorrência de situações de conflito com o entorno.

Todos os pontos de despejo da vazão de canaletas e drenos no terreno deverão receber proteção contra erosão, mediante disposição de brita, grama ou caixas de dissipação de energia. Deverão ser evitados os pátios e plataformas planas, que facilitam o empocamento, garantindo-se declividade mínima de 2% a 3% em qualquer local da obra. Por se tratar de instalações temporárias, o canteiro deverá utilizar sistemas de drenagem simplificados, dispensando-se obras sofisticadas em concreto, como desembocaduras e outras, de caráter duradouro.

Os acessos internos de circulação deverão ser mantidos em condições permanentes de trânsito para pessoas, equipamentos e veículos, sinalizados e isolados, até o

encerramento da obra. Especial atenção deverá ser dada ao controle de poeira no canteiro e área de influência.

O isolamento das áreas em obra deve ser total, de forma a minimizar os incômodos decorrentes da poeira, fumaça e ruído, de acordo com a NR-18.

O abastecimento do canteiro deverá ser com água com potabilidade certificada e, no que se refere aos efluentes, se não puder ser utilizada o sistema público de esgoto deverá ser apresentado um projeto de tratamento em fossas sépticas e filtro anaeróbico. Não será permitido o uso de valas a céu aberto ou de caixas sem tampas adequadas.

A coleta, o transporte e a disposição final de lixo deverão ser realizados adequadamente. O lixo produzido no canteiro e demais locais da obra serão recolhidos com frequência, de forma a não produzir odores ou proliferação de insetos e roedores. Será feita a separação de lixo orgânico e inorgânico, podendo-se dar tratamento diferenciado a cada caso no tocante à frequência de coleta, tratamento e destino final. O inorgânico será encaminhado à entidade habilitada a receber material reciclável e o orgânico será retirado pelo serviço usual de coleta de lixo da prefeitura municipal. Assim, os restos de comida, vasilhames etc. deverão ser retirados do canteiro, não se admitindo qualquer disposição de lixo nas áreas do empreendimento e de seu entorno.

As instalações do refeitório deverão incluir telas do tipo mosquiteiro, sistemas de ventilação, lavatórios e sanitários em número e capacidade adequados.

Os acampamentos deverão estar isolados da comunidade e, além do Código de Conduta dos Trabalhadores, especial atenção deverá ser dada ao Programa de Saúde dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas deste PGAS, para evitar incidentes com a comunidade do entorno.

4.3.4. Interferências no trânsito e Sinalização

A sinalização das obras consiste num conjunto de placas e dispositivos com características visuais próprias, com a função de garantir a segurança dos usuários e trabalhadores e a fluidez do tráfego, se for o caso, nas áreas afetadas pelas intervenções.

Esta sinalização tem por finalidade:

- advertir corretamente todos os usuários sobre as intervenções;
- fornecer informações precisas, claras e padronizadas;
- assegurar a continuidade dos caminhos e os acessos às edificações lindeiras;
- proteger a obra, os trabalhadores e os usuários da via em geral;
- diminuir o desconforto e os riscos de acidentes, causado aos moradores e à população em geral, da área afetada pela intervenção.

Para a sua eficiência, a sinalização deve atender aos seguintes parâmetros:

- ser colocada em posição e condição legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito;
- ser devida e sinalizar qualquer obstáculo à livre segurança de veículos e pedestres, tanto na via como no acostamento e na calçada; e
- é obrigatória a sinalização em todas as obras executadas na via pública, dependendo o seu início de prévia autorização do órgão de trânsito.

No que se refere à segurança para o pedestre, quando as intervenções na via interferem na passagem livre dos pedestres, deve-se providenciar sinalização específica para protegê-los e orientá-los. Neste caso, devem ser atender às seguintes diretrizes:

- as passagens provisórias devem ter separação física entre pedestres e veículos, bem como entre pedestres e obras, sendo esta separação feita por tapumes ou outros dispositivos de sinalização auxiliar;
- a circulação de pedestres deve ser mantida limpa e livre de obstáculos (buracos, entulhos etc.). Caso não seja possível, os obstáculos devem ser guarnecidos com dispositivos adequados e sinalizados;
- as passagens devem ter no mínimo 90cm de largura, garantindo o trânsito de carrinhos de bebê e cadeiras de roda e ser mais largas em obstruções de comprimento superior a 30m ou em áreas de grande volume de pedestres;
- os sinais e equipamentos de controle de tráfego não podem constituir obstáculos aos pedestres;
 - embora os equipamentos refletivos sejam de pouca valia para os pedestres, as luzes de advertência podem ser usadas para delinear o caminho dos pedestres e sinalizar obstáculos de forma apropriada;
 - iluminação temporária artificial à noite, particularmente se as passagens adjacentes também forem iluminadas; e
 - quando não for possível providenciar passagem adequada, os pedestres devem ser orientados a utilizar outro caminho (calçada oposta, contorno da obra, outra quadra) por sinalização e equipamentos apropriados.

Com relação ao tráfego de veículos da obra, com destaque aos de transporte de materiais, os motoristas devem ser orientados a não ultrapassar a velocidade de 40km/h num raio de 200m da obra. Nas obras próximas à escola a velocidade máxima deve ser de 30km/h.

4.3.5. Controle de Ruídos

A emissão de ruídos nas obras poderá causar danos ao meio ambiente, à população e aos empregados se não tratada com os cuidados necessários.

As obras deverão promover um aumento nos níveis de emissão de ruídos, desde a mobilização dos equipamentos até a sua conclusão. Desta forma, deverá ser realizado o monitoramento e o controle dos níveis de ruídos contínuos ou intermitentes, serão medidos em decibéis (dB), por meio de decibelímetro com faixa de frequência entre 30 e 130 dB. Os níveis de ruídos deverão ser determinados em todas as etapas do empreendimento e não poderão ultrapassar 85 dB.

As medições (externas) devem atender ao disposto na Resolução CONAMA N° 01/1990, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos, das atividades industriais.

Os empregados da obra devem participar de treinamentos sobre a redução de ruídos de suas atividades, visando o maior conforto laboral e a redução dos incômodos de vizinhança. As atividades noturnas, quando necessárias, devem ser precedidas de autorização do órgão competente e ser realizadas dentro do horário estabelecido pela legislação municipal. Além disso, não serão permitidos equipamentos como britadeiras, geradores e serras elétricas, que emitem ruídos excessivo.

No que se refere ao silêncio e incômodos à comunidade, obras deverão obedecer rigorosamente os horários estabelecidos pela legislação municipal.

Durante a obra, os equipamentos estacionários que emitem ruídos excessivos, como geradores e serras elétricas, deverão ser abrigados em recintos com vedação acústica para a mitigação dos incômodos de vizinhança.

Sobretudo nas obras com pouca área de terreno remanescente e, portanto, muito próximas de residências, os equipamentos de trabalho com maior emissão de ruídos devem ser manejados com restrições, com tempo de uso restrito e em locais que possam reduzir os incômodos de vizinhança.

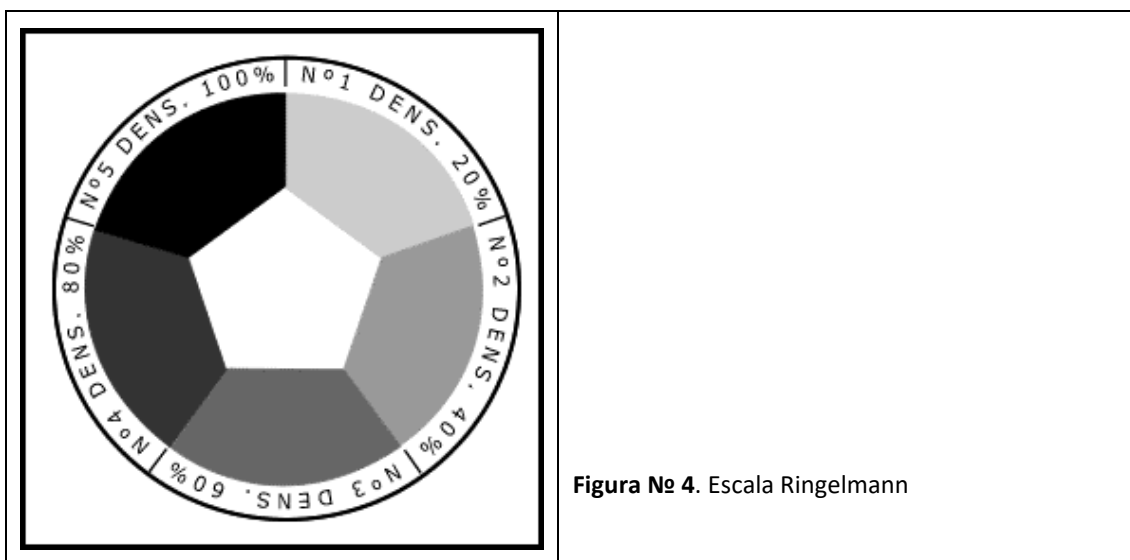
4.3.6. Controle de Emissões Atmosféricas

Diz respeito ao controle das emissões de material particulado e gases na atmosfera, com potencial para causar danos ao meio ambiente, à saúde e à segurança do trabalhador e da população das áreas de influência das obras.

Os procedimentos estabelecidos para o controle de emissões atmosféricas visam o monitoramento visual diário para o controle das poeiras e da fumaça dos veículos e equipamentos movidos à óleo diesel utilizados nas obras.

Para o monitoramento e controle da emissão de fumaça será utilizada a Escala Ringelmann¹¹ (Figura N° 4). Quando a concentração estiver acima de 40%, deverão ser exigidas providências de melhoria e ajustes nos veículos e equipamentos.

¹¹ A Escala Ringelmann é um hexágono com faixas de cinza (0 a 100%) utilizado para medir a concentração de poluentes da fumaça. Para a medição o encarregado deve estar a uma distância de 2 a 5 metros do escapamento do veículo ou equipamento e verificar se a fumaça no centro da Escala está acima da faixa 40%, que caracteriza uma situação não-conforme e exige providências.



4.3.7. Responsabilidade

A responsabilidade pela implantação deste programa é das empresas construtoras.

4.3.8. Custos

Os custos deste Programa estão incorporados nos custos da obra e devem fazer parte das especificações dos editais das obras.

4.4. Plano de Recuperação de Canteiro de Obras, Áreas de Empréstimo e Bota-fora

4.4.1. Objetivos

O Plano de Recuperação de Canteiro de Obras, Áreas de Empréstimo e Bota-fora tem como objetivos a recuperação das áreas degradadas durante a implantação das obras do PDUOT, de maneira que nenhum passivo ambiental permaneça nas áreas contempladas pelo Programa.

4.4.2. Medidas de controle ambiental

Os canteiros de obras são estruturas de apoio, normalmente compostos por edificações para administração e serviços, almoxarifado, refeitório, carpintaria e pintura, vestiários, banheiros, sanitários, guarita e estacionamento.

A implantação do canteiro de obras e das áreas de empréstimo e bota-fora deve ser prevista no Projeto Básico de engenharia, com indicação de áreas disponíveis e dos procedimentos controle e recuperação ambiental dessas áreas.

As áreas de empréstimo são áreas mineradas utilizadas para a obtenção de materiais, por meio de escavações do solo que apresenta características para atender às necessidades das obras.

Os bota-fora, por sua vez, são áreas destinadas ao recebimento dos materiais excedentes de terraplenagem, materiais inservíveis como os solos moles, entulhos resultantes de demolição de construções e retirada de pavimentos, restos de vegetação resultantes de desmatamento e supressões de indivíduos arbóreos, destocamento e limpeza do terreno etc.

Todo plano de recuperação ambiental que implica em arborização ou reflorestamento deve considerar apenas o emprego de espécies autóctones, sendo proibido o emprego de espécies exóticas.

As principais diretrizes e medidas de controle ambiental que deverão ser consideradas para a recuperação ambiental dessas áreas degradadas encontram-se sintetizadas no Quadro Nº 4.

Quadro Nº 4: Medidas de Controle Ambiental na Recuperação de Áreas degradadas

MEDIDAS DE CONTROLE AMBIENTAL	
Ação	Descrição
Área de Empréstimo e Bota-fora	<ul style="list-style-type: none"> • Essas áreas deverão ser previamente licenciadas pelo órgão ambiental competente, com base no Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD; • Deve ser evitado o uso irregular da área por terceiros, por meio de vigilância e restrição de acesso; • As áreas de empréstimo deverão ser exploradas de acordo com o PRAD e as condicionantes da Licença de Instalação e, mesmo se tratando de propriedade de terceiros, deverão ser objeto de inspeção ambiental; • Nos bota-foras, poderão ser dispostos restos vegetais (basicamente raízes e tocos picados), respeitando-se o limite interno de, pelo menos, 5,0m da área a ser utilizada, de maneira que o material fique totalmente contido no interior do aterro. Será necessário adequar a acomodação do material antes da sua cobertura com terra, para garantir que as cavidades sejam preenchidas para minimizar os riscos de desestabilização do bota-fora; • Deve ser evitada a formação de poças de água que propiciam a formação de ambientes favoráveis à proliferação de vetores transmissores de doenças; • A camada de solo orgânico será removida e estocada em local plano, antes da deposição de material no bota-fora, para posterior utilização na recuperação final da área. Essa estocagem poderá ser em pilhas. Em caso de eliminação de camada superficial de solo durante a execução das obras, a empresa construtora deverá providenciar área de estoque desse material orgânico para uso posterior, já que contém microrganismos e matéria orgânica passível de ser aproveitada em outras áreas. Caso ocorra carreamento desses solos, deverão ser adotadas medidas complementares que incluem a implantação de bacias de retenção a jusante ou a proteção com filme plástico; e • Toda ocorrência de erosões e assoreamentos exigirá ação corretiva imediata.
Recuperação de vias danificados pelas obras.	<ul style="list-style-type: none"> • As vias utilizadas pela obra serão devolvidas a normalidade, no mínimo em condições de uso compatível com a sua situação antes do início das obras; • A sinalização de obra será removida e a sinalização original será reinstalada, nos casos pertinentes.

4.4.3. Responsabilidades.

A implementação dos PRAD é de responsabilidade da empresa construtora e os custos dessas ações devem incorporar-se ao custo da obra.

4.5. Diretrizes para o Uso da Camada Vegetal do Solo

Nas operações de terraplenagem destinadas à preparação do terreno para as obras, a camada vegetal do solo (horizonte A) é normalmente removida e destinada a bota-fora. Trata-se de camada de solo fértil e com grande quantidade de matéria orgânica que, portanto, dentro do possível, deve ser aproveitado no próprio local da obra, principalmente os projetos de paisagismo.

O aproveitamento do solo do horizonte A é detalhado no Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito, apresentado neste MGAS. Esse programa também é parte integrante do PGAS das obras do PDUOT.

Nas obras do PDUOT especial atenção será dada na fase de planejamento e implantação, para reduzir a interferência das obras no uso e ocupação do solo das áreas de influência das intervenções. Este assunto também é abordado no citado Programa de Controle Ambiental das Obras – PCAO, Implantação do Canteiro de Obra, Controle de Ruídos, Emissões Atmosféricas e Interferências com o Trânsito.

4.6. Diretrizes de Prevenção e Compensação de Perda de Habitats Naturais

4.6.1. Considerações

Os projetos não podem interferir em áreas protegidas, como critério de elegibilidade. Além disso, as infraestruturas deverão se situar em áreas de habitat modificado, onde a atividade humana modificou substancialmente as funções ecológicas primárias do território e a composição da biodiversidade.

Nas áreas de intervenção em geral os serviços de provisão e culturais prestados pelos ecossistemas são reduzidos em função das características da paisagem modificada identificadas durante a avaliação ambiental e social. Também os serviços de regulação e suporte prestados pelos ecossistemas são, em função das características biofísicas das áreas em estudo, localizados e relacionados com as matas ciliares e remanescentes da vegetação nativa.

As obras do Programa podem implicar em modificação adicional das áreas de intervenção mas, tendo presente as características dessas áreas, não se prevê que a esse acréscimo de artificialização corresponda a um impacto negativo relevante em termos de biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

A partir da caracterização e análise dos impactos sobre a flora e a fauna, observou-se que a implantação dos projetos produzirá, ainda que de forma reduzida, uma certa

modificação no que se refere à espécimes individuais da vegetação nativa, com redução do número de árvores existentes. Dessa forma haverá alguns impactos negativos, tais como a supressão de alguma vegetação e o cancelamento da capacidade de regeneração, além da alteração de possíveis habitats de espécies da fauna eventualmente existentes.

Por outro lado, as áreas de intervenção direta dos projetos não integram de áreas protegidas ou outros habitats críticos.

4.6.2. Objetivos

Assegurar que os impactos sobre a biodiversidades e os serviços ecossistêmicos decorrentes das intervenções do PDUOT sejam minimizados e que medidas de mitigação que resultam em benefícios de conservação mensuráveis com ganho líquido de biodiversidade sejam implementadas.

4.6.3. Atividades

Para minimizar os efeitos negativos, estão previstas as seguintes medidas:

- buscar, sempre quando possível, sítios já modificados que minimizem a afetação de indivíduos ou remanescentes da flora nativa. Evitar, também, os recursos ou áreas consideradas sensíveis;
- estabelecimento de sistemas de gestão específico para espécies de importância ecológica ou ameaçadas, eventualmente presentes na área de intervenção;
- prevenir qualquer ação futura, no âmbito do PDUOT, que possa prejudicar um recurso ambiental e social. Normalmente, isso envolve estender a proteção legal a certos recursos além das necessidades imediatas do projeto, planejamento de intervenções contemplando as questões socioambientais envolvidas, participação comunitária e educação ambiental;
- reparação ou melhoria dos recursos afetados, como os habitats naturais ou fontes de água, especialmente onde ações anteriores resultaram na degradação de recursos importantes. Esta medida é particularmente importante nas APPs localizadas nas áreas de influência do Programa;
- replantio de árvores cortadas na mesma área ou na zona envolvente; e
- criação, melhoria ou proteção do mesmo tipo de recurso ou habitat em outro local adequado e aceitável, compensando os recursos perdidos. O plantio de espécies arbóreas da vegetação nativa numa proporção mínima de 2:1, constitui uma forma adequada de compensar as perdas inevitáveis.

4.6.4. Responsabilidade

A implementação dessas diretrizes é de responsabilidade das empresas construtoras e supervisoras das obras, sob a supervisão e controle da UGP.

4.7. Programa de Treinamento e Capacitação da Mão de Obra Contratada

4.7.1. Objetivo

O objetivo deste programa é a capacitação dos empregados das empresas construtoras e de serviços terceirizados para que todos tenham conhecimento das práticas gerais de gestão ambiental e social associadas às suas atividades. Assegura que todos realizem suas atividades de acordo com os procedimentos adequados, considerando os cuidados com o meio ambiente, as comunidades e o patrimônio.

O treinamento deverá ser aplicado a todos os empregados, colaboradores e prestadores de serviço, inclusive de empresas terceirizadas.

4.7.2. Atividades

O treinamento ambiental a ser aplicado pelas empreiteiras de obra deverá abranger:

- noções sobre legislação ambiental;
- importância da prevenção e controle da erosão, poluição e danos ao meio ambiente;
- destinação dos resíduos sólidos;
- instruções de controle ambiental;
- procedimentos de supervisão e monitoramento ambiental;
- Código de Conduta e normas de relacionamento com a comunidade, com os trabalhadores e procedimentos para o respeito a questões de gênero, origem e orientação sexual;
- reconhecimento de animais peçonhentos e procedimentos no caso de acidentes;
- procedimentos de acionamento em caso de acidentes ambientais; e
- Procedimentos de acionamento do mecanismo de queixas e reclamos e de registros de resolução de incidentes durante as obras.

Essa capacitação fará parte do treinamento admissional obrigatório, em módulo padrão de duas horas de duração, ministrado no próprio canteiro de obra e com registro de presença. Complementarmente serão realizados treinamentos periódicos para reforçar os conceitos de gestão ambiental, cujo conteúdo deverá enfatizar os aspectos ou procedimentos que tenham se mostrado mais problemáticos durante a obra. A periodicidade máxima deste treinamento complementar deverá ser trimestral.

O treinamento ambiental estará apoiado em exposições audiovisuais, panfletos informativos e circulares. Reuniões emergenciais orientadas de acordo com o nível de instrução e de responsabilidade do público-alvo poderão ser convocadas a qualquer momento.

4.7.3. Responsabilidade

A capacitação ambiental da mão-de-obra é de responsabilidade das empresas construtora, assim como a elaboração de relatórios de acompanhamento do programa, que deverão ser semestrais e conter informações sobre as datas e conteúdo dos treinamentos ministrados, o número de empregados treinados em cada período, lista de presença, registro fotográfico e avaliação da eficiência dos treinamentos ministrados.

4.7.4. Custos

Os custos deverão ser incluídos nos custos dos treinamentos admissionais e de saúde e segurança ocupacional, a cargo das empresas construtora.

4.8. Programa de Saúde e Segurança dos Trabalhadores e Comunidades Envolvidas

4.8.1. Considerações

Durante as intervenções um contingente de pessoas pode ser atraído para a região, podendo alterar as condições de saúde da população local e aumentar a concorrência pelos serviços de saúde ofertados pelo poder público municipal. Dessa forma a UGP deverá adotar medidas e ações que previnam, reduzam ou eliminem esses impactos, mantendo ou melhorando o padrão de qualidade de serviços médicos e os tratamentos existentes nos postos de saúde das áreas de influência das obras.

Além desse aspecto, há que se considerar a saúde e segurança dos empregados envolvidos na implantação das obras. Para estes deverão ser cumpridos procedimentos específicos de saúde e segurança durante as obras, determinados pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência.

4.5.2. Objetivos

O objetivo do programa é o estabelecimento de padrões mínimos de atendimento à legislação de controle e saúde e segurança operacional, aplicáveis aos empregados das empreiteiras das obras.

Para o cumprimento desse objetivo cuidados especiais deverão ser adotados pelas empreiteiras para minimizar os riscos e acidentes de trabalho, doenças ocupacionais ou transmissão de doenças infectocontagiosas, assim como para tratar adequadamente as que eventualmente ocorrerem.

Como objetivos específicos do Programa, são considerados:

- Cumprimento da legislação trabalhista, com destaque à NR 18 do Ministério do Trabalho e Previdência;
- a redução da ocorrência de acidentes e problemas de saúde do trabalho;

- o estabelecimento de diretrizes de segurança do trabalho e saúde ocupacional que deverão ser exigidas contratualmente e sistematicamente adotadas durante as obras;
- a determinação das exigências mínimas de segurança do trabalho a serem atendidas pela empreiteira de obras;
- o automonitoramento, de maneira que todos os serviços executados sejam rotineiramente inspecionados e avaliados;
- o estabelecimento de procedimentos eficazes de atendimento das ações corretivas e notificações de não-conformidades, relacionadas ao Trabalho Seguro;
- o treinamento dos empregados na observância dos Procedimentos de Trabalho Seguro e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Previdência;
- a avaliação e o monitoramento da saúde da mão-de-obra, mediante exames admissionais e periódicos que possibilitem o diagnóstico de doenças virais, bacterianas, parasitárias e outras, assim como a verificação das condições auditivas, de visão e outros aspectos relevantes para a atividade a ser realizada pelos empregados;
- instalar posto de primeiros socorros no canteiro de obras, com profissional capacitado a ministrar esses procedimentos antes de qualquer outro acompanhamento médico necessário nos equipamentos de saúde – clínicas, hospitais
- a manutenção das condições sanitárias favoráveis aos empregados;
- o esclarecimento e orientação dos empregados sobre doenças sexualmente transmissíveis e doenças infectocontagiosas em geral;
- a assistência médica emergencial aos empregados em caso de acidentes;
- o encaminhamento aos serviços de saúde conveniados dos casos que requeiram assistência médica hospitalar; e
- a notificação às autoridades competentes no caso de ocorrência de doenças de notificação compulsória.

4.5.3. Metas

O Programa tem como meta a conclusão da obra com índice zero de acidentes, sem afastamento e transmissão de doenças infectocontagiosas entre os empregados e, ainda, a conclusão da obra sem nenhuma notificação de não-conformidade decorrente da inobservância dos Procedimentos de Trabalho Seguro.

4.5.4. Atividades

As medidas a serem contempladas no âmbito do programa de segurança do trabalho e saúde ocupacional durante a construção deverão garantir a conformidade das empreiteiras de obra com a legislação trabalhista, assegurando que os procedimentos de saúde e segurança sejam adotados para todas as atividades e controlando a qualidade dos ambientes de trabalho sob a ótica de higiene, saneamento e ergonomia. Estão previstas, portanto, as seguintes atividades:

- Instauração da Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA;
- elaboração de Procedimentos de Trabalho Seguro;
- treinamento em segurança do trabalho;
- gerenciamento da segurança do trabalho; e
- atribuição de responsabilidades específicas dos responsáveis das empresas construtoras, da UGP e demais instituições públicas (Secretaria da Saúde, regionais do Ministério do Trabalho) e privadas (sindicatos de trabalhadores) intervenientes responsáveis por inspeções de segurança e saúde.

4.5.5. Custos

Os custos do Programa deverão ser incluídos nos custos do atendimento da legislação trabalhista, a cargo das empreiteiras de obra, incluindo o técnico em segurança.

4.9. Código de Conduta para Trabalhadores na Construção

4.9.1. Considerações

Este programa reúne padrões éticos e comportamentais que norteiam as atitudes necessárias para todos os empregados, empresas contratadas e subcontratadas, incluindo prestadores de serviços, na execução de atividades de construção e montagem no canteiro de obras.

4.9.2. Comportamentos esperados

Todos têm o direito de ser tratados com respeito e dignidade. Esse princípio é fundamental para a excelência e bom trabalho em equipe. Sendo assim, quaisquer comportamentos ou ações suscetíveis de infringir este direito e, em especial, qualquer forma de desrespeito ou assédio são inaceitáveis e estão sujeitas a sanções previstas nas políticas do BID e na legislação vigente. Portanto, todos os trabalhadores devem:

- Apoiar e promover um ambiente de trabalho livre de qualquer assédio ou abuso sexual, como por exemplo:
 - distribuição ou ostentação de material ofensivo, incluindo imagens ou desenhos impróprios;
 - contato físico indesejável e abordagem maliciosa de conotação sexual;
 - comentários, insinuações e piadas de natureza sexual; e
 - envolvimento de crianças menores de 18 anos em qualquer forma de relação sexual ou atividade sexual, inclusive pagando por serviços ou atos sexuais.
- Apoiar e promover um ambiente de trabalho livre de qualquer assédio moral, como por exemplo:
 - uso de palavras ofensivas e hostis ao se dirigir às pessoas (como tom de voz alto e rude), ameaças, no intuito de intimidar o outro;
 - compartilhar e divulgar resultados negativos do trabalhador ou da equipe para que outros tomem conhecimento, causando humilhação e vergonha; e
 - atribuir apelidos indesejados às pessoas.
- Manter o ambiente o mais seguro possível, agradável e colaborativo para o bem-estar de todos os trabalhadores. Nesse sentido é proibido:
 - a entrada de qualquer trabalhador que tenha ingerido bebida alcoólica ou qualquer outro tipo de substância proibida (entorpecentes);
 - a utilização de qualquer tipo de produto químico não autorizado;
 - a permanência no local de trabalho sem utilização da identidade funcional (crachá) em posição visível;
 - a troca de crachás entre os trabalhadores;
 - permanecer nas frentes de serviço sem o uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI, específicos para cada atividade, e ainda, negligenciar a utilização dos Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC quando for aplicável;
 - brigas, discussões ou conflitos entre os trabalhadores, independentemente do local (ambiente de trabalho ou áreas de convivência);
 - deixar de fazer exames médicos e/ou tomar vacinas, de acordo com as atividades e localidade em que trabalharão;

- deixar de tratar crianças, mulheres e homens com respeito, independentemente de raça, cor, gênero, idioma, religião, opinião política ou outra, nacional, origem étnica ou social, propriedade, deficiência, nascimento ou outro status;
 - deixar de respeitar expressões religiosas e os costumes e tradições dos colegas de trabalho, bem como dias, locais ou tradições de celebração (conforme recomendado pela equipe de relações com a comunidade);
 - deixar de realizar o pagamento pelos bens ou serviços adquiridos nos estabelecimentos da comunidade local;
 - causar qualquer dano à propriedade privada, tanto nas dependências da empresa, quanto na comunidade local;
 - a caça animais selvagens, coleta de recursos naturais (plantas e animais) ou deixar de descartar resíduos de acordo com as Políticas Ambientais; c
 - coletar qualquer tipo de artefato arqueológico que configure patrimônio histórico.
- Manter boa relação de convivência com a comunidade local e do entorno do canteiro de obras, garantindo os seguintes comportamentos:
 - a comunicação com a comunidade deve prezar pela transparência e respeito, sem distinção de raça, cor, credo, ideologia, gênero, opção sexual ou posicionamento político;
 - os empregados bem como das empresas contratadas e subcontratadas, incluindo prestadores de serviços, no exercício da função ou atuando em nome da empresa, não podem realizar acordos, prometer vantagens, estabelecer tratativas sem estar expressamente autorizados pelo seu respectivo nível hierárquico, responsável por aprovações ante a empresa e sempre com o conhecimento da área de relações com a comunidade;
 - os empregados, bem como das empresas contratadas e subcontratadas, incluindo prestadores de serviços em sua postura na comunidade ou nas ocupações funcionais devem respeitar a ordem pública e a legislação vigente nacional, inclusive no que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo vedada a prática de quaisquer situações abusivas ao direito das crianças e adolescentes, ao direito das mulheres e das pessoas portadoras de necessidades especiais, bem como manifestação de qualquer postura que implique em preconceito e injúria racial; e
 - as demandas das partes interessadas devem ser direcionadas para o canal de atendimento telefônico, e-mail ou área de Relacionamento com a Comunidade.

4.9.3. Canal de denúncias, consultas e sugestões

Caso necessário, os empregados, as empresas contratadas e subcontratadas, incluindo prestadores de serviços, podem utilizar os seguintes canais para dirigir seus

questionamentos e denúncias: Ouvidoria da UGP, incluída no Programa de Trabalho Técnico Social; e Mecanismo de Resolução de Queixas, parte integrante do Programa Destinado a Evitar ou Reduzir os Descontentamentos da Comunidade.

4.9.4. Responsabilidade

A responsabilidade pela adoção e acompanhamento do cumprimento das Normas de Conduta para Trabalhadores na Construção é da UGP e das empresas construtoras, assim como a demonstração dos custos necessários para operação, definidos no Edital de contratação de Obra e PCAO elaborado pela empresa vencedora da licitação.

4.9.5. Custos

Os custos do Programa deverão ser incluídos nos custos do atendimento da legislação trabalhista, a cargo das empreiteiras de obra, incluindo o técnico em segurança.

V. PROGRAMAS DE COMUNICAÇÃO, CONSULTA E PARTICIPAÇÃO

5.1. Considerações

Os Programas descritos a seguir destinam-se a: i) garantir a divulgação de informações de forma contínua à população alvo das ações e obras; ii) propiciar canais de acompanhamento e participação dos interessados durante a execução do Programa; e iii) fornecer canais para o envio de dúvidas, reclamações ou denúncias e providendo respostas apropriadas ao tema demandado, em tempo e forma adequados.

5.2. Programa de Trabalho Técnico Social - PTTS

5.2.1. Considerações

O Programa de Trabalho Técnico Social se caracteriza como um conjunto de estratégias, processos e ações, que devem permitir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, o desenvolvimento social e incluir a participação comunitária nas intervenções. O PTTS visa proporcionar a compreensão dos benefícios das obras, além do fortalecimento da interação social para operar conquistada a partir de um bom relacionamento com as partes afetadas e interessadas.

Destina-se à população diretamente afetada pelas interferências e tem como objetivo maior desenvolver a sustentabilidade socioeconômica e ambiental do empreendimento, com base nas questões experimentadas pela população local.

5.2.2. Objetivos

Levar ao conhecimento da população a importância das intervenções do PDUOT, conscientizando as comunidades e estabelecendo um canal de comunicação entre essas e o Executor.

5.2.3. Estrutura do PTTS

O PTTS, é estruturado em duas etapas complementares definidas, conforme segue.

a) *Diagnóstico Sócio territorial*

As ações propostas nessa etapa visam compilar e interpretar os aspectos sociais, econômicos, produtivos e políticos-institucionais do território e da população beneficiária, buscando o envolvimento e a participação dos atores sociais das comunidades, poder público e setor privado. O diagnóstico servirá de base para o planejamento das ações mais adequadas a realidade da área.

Contempla as seguintes atividades:

- *plantão do trabalho técnico social*: espaço de referência à população local, podendo ser utilizado como local de reuniões, cursos e demais atividades pertinentes ao PTTS;
- *reunião técnica*: espaço de discussão entre os atores envolvidos na implantação das obras;
- *levantamento de dados secundários*: busca caracterizar a população por meio de dados pré-existentes para adequar as ações à realidade local; e
- *levantamento de dados primários*: busca caracterizar a população por meio de levantamento de dados *in loco*.

b) *Acompanhamento das intervenções*

As ações previstas nessa etapa objetivam fomentar a participação e o empoderamento comunitário e a integração entre os atores sociais, garantindo o controle social dos empreendimentos, além de sensibilizar, informar e esclarecer as comunidades beneficiadas.

Contempla as seguintes atividades:

- *plantão do trabalho técnico social*: manutenção do plantão social durante a implantação das intervenções;
- *reunião técnica*: espaço de discussão entre os atores envolvidos com as intervenções;
- *dinâmicas participativas*: atividade voltada a educação ambiental e que traga participação ativa da comunidade;
- *reunião comunitária*: espaço de discussão com a comunidade de assuntos relacionado a implantação das obras;
- *ações informativas*: informam a população sobre os objetivos e etapas da intervenção através de exposição dialogada e entrega de material educativo-informativo;

- *elaboração de materiais informativos*: criação de materiais informativo-educativos com temas inerentes à saúde e à intervenção. As estratégias de comunicação passam pela utilização de material impresso, banners, faixas, mídia audiovisual, entre outros, para uso nas atividades que compõem o projeto; e
- *elaboração de calendário de eventos*: e suas respectivas pautas para datas comemorativas ambientais, para divulgação e troca de experiências em educação ambiental e sanitária.

5.2.4. *Execução e Gestão*

A equipe técnica responsável pela gestão do PTTS será composta por especialistas da área social que fará a coordenação de todas as ações propostas, seja a partir de elaboração interna, seja a partir da contratação de consultoria. São atribuições dessa equipe técnica: i) coordenar a execução das ações principais propostas pelo PTTS; ii) garantir a inter-relação constante dessas ações; iii) garantir a consecução dos objetivos propostos pelo PDUOT; iv) promover a avaliação constante dos resultados do Programa, propondo adaptações e complementações ao mesmo, quando for necessário.

5.2.5. *Responsabilidade*

Este programa é de responsabilidade da UGP.

5.2.6. *Custos*

Os custos do PTTS serão incluídos nos custos da UGP. Valor estimado é de R\$150.000,00, incluindo material e consultoria.

5.3. **Mecanismo de Queixas e Reclamações**

5.3.1. *Objetivo*

O objetivo deste programa é o estabelecimento de procedimentos de gestão socioambiental das intervenções e as demais atividades do PDUOT, destinados à preservação dos hábitos, das atividades, do comércio e dos direitos da comunidade presente nas áreas de influência direta das intervenções e, consequentemente, evitar ou reduzir os descontentamentos dessa comunidade. Esses procedimentos complementam o de Controle Ambiental das Intervenções – Implantação dos Canteiros de Obra e Controle de Ruídos e Emissões Atmosféricas, anteriormente apresentado.

5.3.2. *Justificativa*

As intervenções previstas para o Programa podem gerar descontentamentos da comunidade, uma vez que podem interferir nos hábitos do cotidiano das pessoas, nas atividades comerciais, de lazer e sociais e no direito de ir e vir dos moradores locais. O estabelecimento de procedimentos de gestão e controle pode evitar ou reduzir significativamente tais transtornos, como será apresentado a seguir.

5.3.3. Procedimentos

Os procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade com as intervenções do Programa são apresentados no Quadro N°5.

Quadro N° 5: Procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade.

OCCORRÊNCIA	DESCONTENTAMENTOS A EVITAR OU REDUZIR	PROCEDIMENTOS
Atrasos na execução das obras devido à falta de autorização de órgãos municipais e licenças específicas.	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das expectativas dos moradores e comerciantes; e • alteração nos planos e contingências dos moradores e comerciantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o cumprimento de todos os requerimentos formais (supressão de vegetação; autorização do órgão responsável pelo trânsito; titularidade da área de intervenção; licença de área de empréstimo e bota-fora; etc.) que possam levar a embargo das obras ou ações judiciais; • comunicação previa aos moradores e comerciantes sobre a data de início e duração das obras, bem como de qualquer alteração no cronograma e suas causas.
Localização e implantação do canteiro de obras e de equipamentos de apoio, transporte de materiais, manutenção de máquinas e equipamentos e trânsito de caminhões e máquinas.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes a terceiros, contaminação do entorno, ruído excessivo, poeira, lançamento de resíduos nas vias. • Incômodos aos usuários do comércio (consumidores) local com consequente redução da atividade comercial. 	<ul style="list-style-type: none"> • A localização do canteiro de obras deve ser em área distante de residências e áreas comerciais; • nas frentes de obra a movimentação de caminhões e das máquinas pesadas deve ser planejada para reduzir o trajeto, evitar danos à rede de distribuição de energia, drenagem, abastecimento etc.; • as caçambas de transporte de terra devem ser cobertas com lona para evitar a dispersão de poeira; • nos períodos de chuva, para evitar os “trilhos de roda” de barro no asfalto e posterior formação de poeira, as rodas devem dos caminhões devem ser lavadas; • a manutenção de máquinas e equipamentos deve ser realizada somente no canteiro de obras; • o estacionamento e estocagem de qualquer material na frente de obras, deverá ser devidamente isolado e sinalizado; e • atendimento das reclamações dos moradores e comerciantes.
Serviços de apoio.	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento de resíduos no meio ambiente; e • constrangimentos aos moradores, comerciantes, consumidores e empregados das obras. 	<ul style="list-style-type: none"> • As refeições dos trabalhadores devem ser servidas somente no refeitório do canteiro de obras; • uso de banheiros químicos nas frentes de obra; e • recolhimento diário de todo resíduo doméstico e industrial das frentes de obra e transporte e disposição correta desses resíduos; • atendimento das reclamações da comunidade; e • obras realizadas nos horários estabelecidos pelas normas municipais.
Execução das obras.	<ul style="list-style-type: none"> • Incidentes com a vizinhança; • Incidentes e prejuízos às atividades comerciais, escolas, igrejas, associações, clubes etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicação prévia aos moradores e comerciantes sobre o início das obras e o tempo de duração; • reduzir ao máximo o prazo de execução das obras; • isolamento das obras com tapume para evitar acidentes com os moradores, usuários do comércio e clientes; • sinalização adequada da obra; • as empresas construtoras devem respeitar os hábitos de vida da comunidade das áreas de influência das obras. Para tanto, recomenda-se a elaboração de um código de conduta para os empregados das obras; • interrupção das obras nos períodos de chuvas intensas para evitar alagamentos, erosão e assoreamento; e • atendimento das reclamações dos moradores.

Quadro Nº 5: Procedimentos para evitar ou reduzir os descontentamentos da comunidade (continuação).

OCORRÊNCIA	DESCONTENTAMENTOS A EVITAR OU REDUZIR	PROCEDIMENTOS
Conflitos com empresas prestadoras de serviço.	<ul style="list-style-type: none"> Incidentes e prejuízos aos moradores e comerciantes com interrupção dos serviços de energia, telefonia, internet etc.; e Conflito com as empresas prestadoras de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> Identificar nas empresas prestadoras de serviços, antes do início das obras, a localização das redes de energia, telefonia, internet etc.; informar, a todos os empregados das obras, a localização das redes de energia, telefonia, internet, abastecimento, esgotos etc.; e reparo das calçadas e dos pavimentos danificados, em condições iguais ou superiores às anteriores às obras.
Movimentação e operação de equipamentos pesados.	<ul style="list-style-type: none"> Incidentes com os moradores, comerciantes e consumidores e danos estruturais aos prédios vizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> A empresa construtora deverá respeitar as normas relativas à emissão de ruídos; a geração de ruídos deverá ser reduzida ao máximo, com o uso de equipamentos eficientes, planejamento dos serviços que envolvem a movimentação de equipamentos pesados e o isolamento das áreas de trabalho; vistoria prévia dos prédios residenciais e comerciais precariamente construídos, para a avaliação dos riscos de danos e rupturas estruturais durante as vibrações decorrentes da movimentação e operação de equipamentos pesados, lançamento de estacas etc.; e redução e fixação da velocidade dos caminhões nas frentes de obra.
Escavação, movimentação de solos e aterros.	<ul style="list-style-type: none"> Incidentes com a vizinhança; e riscos de danos às propriedades lindeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação do local e dos métodos de intervenção, antes da abertura das valas e da movimentação dos solos retirados e de aterro; evitar que as escavações e a movimentação de caminhões e máquinas promovam danos às propriedades vizinhas às obras; e os bota-esperas deverão ser depositados e protegidos de forma a evitar a erosão e consequente assoreamento de sistemas de drenagem e propriedades particulares.
Desvios do tráfego e trânsito de pedestres.	<ul style="list-style-type: none"> Impedimento da circulação; e restrições à acessibilidade às residências e ao comércio. 	<ul style="list-style-type: none"> Sinalização dos desvios, entradas e saídas; no caso de interrupção de calçadas, estabelecer caminhos provisórios cercados, sinalizados e protegidos; prever estacionamento temporário no caso de interrupção do acesso ao comércio; orientação aos motoristas dos caminhões e demais veículos das obras com relação ao controle da velocidade e aos cuidados nas manobras nas vias abertas ao tráfego; comunicação prévia, aos moradores e comerciantes, sobre os desvios e caminhos alternativos; e atendimento das reclamações da comunidade.

5.3.4. Responsabilidade

A responsabilidade de prevenção de ocorrências, execução e acompanhamento das ações de minimização dos impactos gerados diretamente na comunidade do entorno de obras é da UGP do Programa, e da empresa construtora das obras.

5.3.5. Custos

Os custos serão definidos por cada tipo de obra, com alocação de recursos na planilha de orçamento de obras que acompanha o Edital de licitação de cada intervenção/obra.

5.4. Programa de Aquisição de Terras e Reassentamento¹² -

Nas operações que envolvem a compra de terrenos e benfeitorias para execução de obras e intervenções do Projeto, resultando na desafetação de área ocupada por famílias e atividades econômicas, e quando esse movimento é involuntário, se faz necessário cumprir com o Padrão de Desempenho Ambiental e Social 5 referente a Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário, aplicada pelo financiador (Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) e pela legislação brasileira estabelecida pelo Ministério das Cidades-MinC¹³. Como descrito na AAS, não está previsto reassentamento de famílias ou negócios nas áreas de implantação de obras da Amostra Representativa do Programa; todavia, serão adquiridos terrenos para implantação da faixa de domínio e leito carroçável da Av. Interbairros. O traçado da Avenida Interbairros se desenvolve em terrenos vagos de área rural que foi incorporada como de expansão urbana da região Leste do município. Entretanto, para os casos de interrupção temporária de atividades econômicas, está previsto uma compensação temporária durante o período em que as obras interrompam atividades econômicas em geral.

O Mutuário desenvolverá um Plano de Restauração de Meios de Subsistência para compensar as pessoas afetadas pelo projeto e oferecer outra assistência que atenda aos objetivos do PDAS.5 . O Plano de Restauração dos Meios de Subsistência estabelecerá os direitos das pessoas afetadas pelo projeto e garantirá que eles sejam fornecidos de maneira transparente, consistente e equitativa. A mitigação do deslocamento econômico será considerada completa quando as pessoas afetadas pelo projeto receberem compensação e outra assistência, de acordo com os requisitos do Plano de Restauração de Meios de Subsistência

Este item tem por objetivo fornecer as diretrizes, critérios de elegibilidade e proposta de compensação aplicáveis para o deslocamento econômico temporário de atividades afetadas pelas obras do PDUOT.

Por se tratar de um programa de obras múltiplas, a viabilidade da operação foi definida com base nos projetos e obras contidos na Amostra Representativa de 30% das intervenções e parte da definição de projetos ainda será elaborada. Nesse contexto, e buscando o menor impacto social, o Banco e a PML acordaram como critério de elegibilidade que não será aceito nenhum projeto fora da amostra representativa que implique no reassentamento involuntário permanente de famílias e negócios.

Existe a possibilidade de que, durante a etapa de obras, seja necessária a desativação temporária de atividades econômicas, em especial: (i) aquelas que são praticadas na

¹² De acordo ao PDAS 5. Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário, MGAS/BID, 2021

¹³ A Medida Provisória 870/2019 extinguiu o MinC e suas atribuições foram incorporadas pelo Ministério de Desenvolvimento Regional.

rua, como ambulantes e feirantes; (ii) negócios cujo acesso seja impedido total ou parcialmente, alterando a obtenção de renda das famílias; (iii) negócios dependentes de acesso livre, como oficinas mecânicas e borracharias; negócios regulares que tenham parte ou total de acesso comprometido. Nesses casos cabe a reposição da renda potencialmente perdida no período de obra.

São aplicáveis o PDAS 5 do Marco de Políticas Ambientais e Sociais do BID, assim como a Resolução MinC 317/2013 que estabelece o conteúdo e a obrigatoriedade de elaboração de plano de reassentamento e a Portaria MinC 464/18, que dispõe sobre o trabalho social nos programas e ações do Ministério.

De acordo com o PDAS 5 é preciso elaborar um Plano de Restauração de Meios de Subsistência Potencial afetação temporária de negócios pode acontecer na adjacência de obra da Avenida Interbairros e sua interligação a vias existentes, obras da ETE e elevatórias e obra dos parques urbanos. As características e desenho final da implantação dessas obras ainda estão sendo definidas. Os Efeitos ou impactos temporários em atividades econômicas diretamente afetados pelas obras físicas, devem ser identificados com base a categorização dos negócios mediante:

- Tipificação dos (i) negócios formais afetados (por exemplo, armazéns que pagam impostos, são licenciados para operar/filiais de vários negócios, como cadeias de lojas, como bancos etc.); (ii) negócios informais afetados (por exemplo, ocupantes da rua, vendedores ambulantes, pequenas lojas de varejo, vários serviços);
- Identificação de impactos temporários, definindo o período de execução da obra que interrompa as atividades econômicas estimando quando o negócio/ atividades será interrompido e/ou a necessidade de deslocamento para outro local;
- Definição de conteúdo dos formulários da identificação e abordagem em campo para obter documentação da renda familiar que colete as mesmas informações em todas as empresas afetadas, com registro individualizado;
- Identificação de impactos sobre população vulnerável cuja renda seja obtida por meio de pequenos negócios de rua – camelôs, vendedores ambulantes tais como: risco de segurança alimentar; possível precariedade da família porque afeta crianças menores, idosos, compra limitada de medicamentos etc.;
- Definição da informação a ser apresentada pelas partes afetadas e o procedimento para o cálculo das compensações aos negócios formais. Por exemplo, contribuições fiscais e impostos que confirmem a formalidade. Definir a metodologia que será usada para calcular as perdas por impactos temporais. Definir procedimentos e meios de cálculo para compensar os negócios informais. Por exemplo, utilizando valor de referência como custo da “cesta familiar” e considerando este valor para o período/mês das afetações durante a execução da obra. Em caso de afetação definitiva, se faz necessário definir um número mínimo de meses para pagamento de reposição e após encerramento do negócio; nesses casos cabe acompanhamento na obtenção de outro local para o desempenho das atividades; e

- Identificar e elaborar o conteúdo dos acordos que se documentará, entre o Programa e os afetados.

Responsabilidade e custos - Com essas informações é possível calcular as compensações monetárias e não monetárias, orçamento e cronograma de execução, bem como os responsáveis na UGP pela execução e acompanhamento.

5.5. Programa de Engajamento das Partes Interessadas e Divulgação da Informação

5.5.1. Introdução

De acordo com o Marco das Políticas Ambientais e Sociais – MPAS do BID, as operações de crédito classificadas como geradoras de impacto socioambiental devem ser acompanhadas de processo de consultas públicas com todas as partes afetadas e interessadas ao longo de todo o ciclo de vida do projeto. O PDUOT foi classificado como de categoria B pelo MPAS, exigindo a realização de pelo menos uma consulta na fase de preparação e divulgação dos documentos de avaliação socioambiental da operação de crédito. Esta consulta deverá ser realizada pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP.

5.5.2. Objetivo do Programa de Consultas e Comunicação

O objetivo deste programa é estabelecer um canal de comunicação contínuo junto à população afetada e, ou, beneficiada pelas intervenções e obras do PDUOT, constituído em um processo de intercâmbio de informações que possibilite ao público envolvido, ao Executor, o Banco e demais equipes envolvidas na execução, a identificação: i) das particularidades dessas comunidades e suas demandas em relação ao PDUOT; ii) dos estudos que amparam sua viabilidade socioambiental; e iii) da promoção da participação ativa e facilitada das partes interessadas, nas consultas a serem realizadas nas áreas dos projetos do Programa.

Espera-se que o processo de consultas estenda a comunicação ao público em geral, setores produtivos e instituições públicas e privadas. Esse diálogo deverá atender, com documentação e meios de comunicação específicos, as diferentes localidades e grupos sociais afetados, destacando as intervenções e propostas, distribuídas no território de abrangência do Programa.

5.5.3. Princípios Adotados

O Programa de Engajamento de Partes Interessadas e Divulgação de Informações se pauta nos seguintes documentos: i) Marco das Políticas Ambientais e Sociais PDAS10 ; ii) OP.102 – Política de Acesso à Informação; e iii) Consulta significativa às partes interessadas (ESG, 2017)¹⁴.

¹⁴ Consulta Significativa às partes interessadas, BID- ESG, 2017 - <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Consulta-significativa-%C3%A0s-partes-interessadas.pdf>

Esses documentos reafirmam a essência das consultas como um processo inclusivo, no qual os formatos e linguagem utilizados para a comunicação junto à população deverão se apresentar adequados para transmitir a informação ao público. Essa comunicação deve preservar a integridade da informação, ao mesmo tempo em que se adequa ao público-alvo.

As diretrizes do Banco quanto à divulgação de documentos estão expressas nos princípios da Política de Acesso à Informação OP-102, que define:

- máximo acesso à informação – o Banco se compromete a divulgar todos os documentos de projetos que produza ou que sejam produzidos pelos Executores de projetos;
- exceções claras e delimitadas – quando houver informação confidencial (segredos industriais, por exemplo) ou que possa causar prejuízo a entidades participantes ou afetadas pelos projetos;
- acesso simples e amplo a toda informação – o Banco facilitará os meios, prazos e procedimentos eficientes para garantir que todos os interessados possam consultar essas informações; e
- justificativa e direito a revisão quando forem suprimidas informações ao público em geral – qualquer interessado pode requisitar acesso a informação não divulgada e recorrer ao Comitê de Acesso a Informação do Banco.

Buscando aperfeiçoar o acesso e participação de todos, deverá ser aplicado o conceito de consulta significativa, como “uma contribuição ao processo de tomada de decisões, e onde as partes interessadas envolvidas devem receber feedback sobre o encaminhamento dado a suas contribuições” (ESG, 2017), seguindo as orientações do Quadro Nº 6.

O Executor deve guiar-se pelos dez princípios da consulta às partes interessadas, que são:

- *Identificação das questões prioritárias* – riscos e oportunidades do Programa; quais atores serão afetados; quais são as implicações ambientais e sociais derivadas do Projeto;
- *Plano de Consulta* – quem são os afetados e, ou, beneficiários; quem tem interesses que podem afetar os resultados; como o Programa irá interagir com esses atores;
- *Informações prévias* – estratégia de divulgação dos dados ao alcance de todos os interessados; escolha de ferramentas para essa divulgação;
- *Fóruns e métodos apropriados para a consulta* – formato diferenciados de participação coletiva e igualitária; linguagem, produção de peças de divulgação e informação extratexto, vídeos, oficinas de construção de ideias e mapeamento de interesses;

- *Mecanismo de Resolução de Queixas* – de que maneira as partes interessadas podem buscar reparação quando acharem que o projeto está causando danos a elas ou ao meio ambiente; UGP e gestores associados devem estruturar respostas na Gestão do Programa;
- Decisões de planejamento e implementação considerando a perspectiva das partes interessadas – de que maneira as preocupações e recomendações das partes interessadas serão abordadas no processo decisório do projeto e no sistema de gestão do Programa como um todo;
- *Retorno às partes interessadas e transparência no processo decisório* – gestão e responsabilidade institucional; produção de respostas qualificadas; planejamento e criatividade para incorporação de temas novos;
- *Dados de Referência, Plano de Ação e Sistemas de Gestão* – Integração do projeto com os responsáveis pelas intervenções relacionadas, mas não pertencentes ao Programa – equipamentos de saúde, infraestrutura de transporte; sistema integrado de gestão social e ambiental – monitoramento e avaliação periódica (PGAS);
- *Documentação e divulgação pública* – Incremento de material de divulgação além da linguagem escrita; material audiovisual, arte estilizada com mapas e figuras; escopo não assistencialista; e
- Consulta permanente às partes interessadas durante a implantação do Projeto – escritórios regionais de gestão; visitas a obras e instalações semelhantes; número 0800 com protocolo de resposta – presteza no atendimento e produção de respostas consistentes, em linguagem não-técnica.

Quadro Nº 6. Orientações para uma consulta significativa bem-sucedida.

Procedimentos de consulta	O que evitar
Consulta é processo contínuo durante o planejamento e execução do Programa.	Eventos isolados
Incremento de novas formas de participação	Reuniões formais com apresentador e plateia
Diálogo bidirecional	Transmissão unilateral de informações
Inclusão de resultados acordados em consulta no projeto e/ou documento de gestão ambiental	Argumentos técnicos ou institucionais de resposta
Participação de todos os atores afetados ou beneficiados em igualdade de condições de acesso	Tratamento assistencial a grupos vulneráveis
Resultar em confiança e aceitação	Projeto descolado de sua envoltória e sem validação dos afetados

De acordo com o MPAS e políticas operacionais do Banco previamente mencionadas, o Executor deve adotar os critérios a seguir, identificados ao organizar o processo de consulta pública:

- a linguagem escrita deve ser simples e direta (linguagem jornalística), evitando ao máximo termos técnicos e explicando-os quanto forem indispensáveis;

- outras linguagens devem ser utilizadas, como vídeos, animações, apresentação oral de temas, sempre considerando o público não leitor;
- deverão ser apresentados exemplos didáticos (desenhos, fotos, animações) de forma a transmitir à população a realidade do que significam as intervenções propostas;
- qualquer atendimento a solicitações/reclamações da população deverá ser feito com interesse e empatia, para o devido entendimento da demanda. Atenção especial deverá ser dada aos idosos, portadores de necessidades especiais e ao público não leitor; e
- as informações transmitidas ao público, independente do meio, devem ser simples, claras e transparentes.

5.5.4. O Processo de Consulta

Para garantir e comprovar a participação das comunidades abrangidas pelos projetos é necessário proporcionar oportunidades de participação de população na área de incidência do Programa. Os convites mandatórios devem incluir ONGs, associações setoriais, associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil, além das pessoas interessadas, independente de representação. *Ressalta-se que tais consultas deverão ocorrer independentemente de exigência ou não de audiência pública pelo órgão estadual ou municipal de meio ambiente, na eventualidade de um processo de licenciamento ambiental de intervenções e obras do Programa.*

Com base no disposto na Lei Federal de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011) a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP disponibilizará na internet as informações de sua atuação classificadas como *Transparência Ativa*. As que não estão disponíveis na internet são classificadas como *Transparência Passiva* porque dependem de solicitação do interessado. Neste caso, o cidadão poderá utilizar a plataforma da Prefeitura Municipal referente ao PDUOT e 0800 a serem definidos.

Abrangência

Durante a elaboração dos projetos e o detalhamento das demais atividades do PDUOT, caberá à UGP viabilizar as consultas públicas necessárias por projeto ou conjunto de projetos. Para tanto devem ser providenciados os recursos humanos e materiais/tecnológicos, pelo período necessário para realizar as consultas.

A instalação física montada para determinado projeto funcionará por período determinado e os equipamentos e recursos podem ser reutilizados em outro local. Isso se faz necessário para: i) identificar e divulgar Programa junto à população alvo; ii) atender presencialmente a dúvidas e questionamentos das comunidades que carecem de acesso a internet, ou cujo acesso não é gratuito; iii) instalar computador ou totem de serviço que facilite o acesso do público aos projetos e intervenções naquela região, distrito ou comunidade.

Durante o período da consulta, as informações disponibilizadas na Internet deverão abordar os componentes do Programa e os impactos socioambientais benéficos e adversos das obras do Programa, além daqueles que sejam relevantes na discussão com o público para o projeto ou obra específica.

Identificação das questões prioritárias

Por tratar-se de um Programa de alcance diversificado, em decorrência das características de suas obras, podem surgir questões de cunho social, desenvolvimento econômico, equidade de gênero e inclusão. Torna-se necessário, portanto, disponibilizar à população:

- suporte técnico para as pessoas que necessitam de orientação ao acesso às plataformas virtuais (Facebook, Youtube, WhatsApp etc.);
- respostas do Programa a públicos distintos presentes nas áreas de influência das obras;
- garantir que comunidades sem associação constituída possam ser incluídas no processo de consulta;
- ampliar os tempos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e às obras de forma geral, considerando o tempo reduzido pela sobreposição de tarefas domésticas e familiares, promovendo a participação das mulheres nas consultas;
- verificar se as associações locais incorporam a representação por gênero, a fim de garantir a amplitude das demandas das mulheres e seus anseios e sugestões que contribuam com o desenho proposto no Programa.

Identificação e análise dos atores e partes interessadas

- Secretarias municipais;
- Lideranças comunitárias;
- Câmara de Vereadores;
- ONGs atuantes na área de abrangência do Programa;
- Ministério Público;
- OAB; CREA; CAU;
- População em geral.
- População diretamente afetada pelas obras

- População diretamente afetada por impactos econômicos

Organização da consulta

A Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP deverá facilitar o processo de consulta e, para tanto, seguir as diretrizes aqui identificadas, considerando os seguintes aspectos:

- É obrigação do Executor do Programa:
 - Enviar convites institucionais para os atores e partes interessadas;
 - Prover um responsável para preparar um relatório resumo da consulta, documentando todo o processo, incluindo lista de participantes, perguntas e respostas, sugestões, *print screen* etc. Este deve conhecer o Programa e os projetos de forma a sintetizar eventuais discussões e questões levantadas pelos participantes. Tais questões poderão ser usadas para complementar os documentos socioambientais dos projetos, quando couber;
 - Divulgar o evento, com a antecedência necessária, em meios de comunicação oficiais e de mídia comercial acessível ao público-alvo dos Projetos;
 - Preparar uma exposição para a consulta pública que identifique os Componentes do PDUOT associados e a AAS/PGAS. Esse material também deve ser divulgado no site da Prefeitura Municipal de Linhares e disponibilizado com fácil acesso;
 - Disponibilizar em meio físico e eletrônico os estudos socioambientais (AAS e PGAS) que serão apresentados na consulta. Os documentos em meio físico deverão estar disponibilizados em local de fácil acesso na sede da Prefeitura Municipal de Linhares, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos e UGP;
 - Preparar e apresentar no período da consulta os projetos em linguagem acessível ao público em geral, com peças de texto, mapas, fotos e figuras que os ilustrem e sua fase de preparação. Esse material, em documento físico e eletrônico, deverá estar disponível em local de fácil acesso, como anteriormente citado; e
 - Responder as questões relativas aos projetos do Programa que sejam apresentadas pelo público durante a consulta;
- A Equipe de Gestão Ambiental e Social (EGAS) da UGP deverá ser responsável por:
 - Apoiar o Executor na organização da consulta;
 - Prover os documentos ambientais com antecedência, para que possam ser colocadas à disposição do público em meio físico e eletrônico;
 - Discutir com o Executor, para apresentação na consulta, uma exposição dos principais impactos socioambientais das obras e respectivas medidas mitigadoras reunidas no PGAS; e
 - Incorporar, se for o caso, as questões apresentadas no PGAS.

Como opções de uso de tecnologias por meio da Internet, são sugeridos:

- Redes sociais - Facebook, Instagram;
- Sistema Youtube;
- Chamadas por Zoom ou MS-Teams – para eventuais reuniões remotas;
- Ferramentas para Webinar¹⁵- para eventuais reuniões remotas.

Ficará a critério da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP o uso da comunicação que melhor servir aos propósitos da consulta. Os vídeos a serem eventualmente gravados deverão utilizar linguagem simples e não serem demasiadamente longos. Caso contrário, o vídeo deve ser repartido em partes temáticas, para facilitar o entendimento do público. Podem ser utilizados recursos de animação e gráfica, de forma a possibilitar um conteúdo didático. Eventualmente também podem ser utilizados recursos de apresentações automatizadas, que podem ter áudios incorporados e diversos recursos gráficos.

Convocatória e Mobilização

No período da divulgação e convocatória, o Executor proverá um canal de contribuições online para manifestação dos interessados. Esse canal deve estar vinculado ao link da consulta que for criado na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UCP. O site informará sobre o canal de captação de demandas dos interessados, solicitando uma identificação prévia do participante, não obrigatória, mas que facilita responder a questões de cada um.

Os meios de transmissão e de comunicação remota previstos - Facebook, Instagram e Youtube - serão utilizados para as seguintes atividades:

- Divulgação da consulta na rede social do Executor com publicação no feed de notícias;
- Atuar como principais meios de transmissão da consulta e manifestação dos participantes;
- Receber manifestações feitas através das páginas Facebook ou Instagram, do canal do YouTube, pelo e-mail disponibilizado pelo Executor e por um número de WhatsApp que estará disponível durante o tempo das apresentações, por mensagens que serão gerenciadas por mediadores. O objetivo não é responder a todos os comentários em tempo real, mas sim, compilar as questões e dúvidas manifestadas durante as apresentações ao vivo ou acessadas posteriormente pelos interessados;

¹⁵ O Webinar, é uma abreviação para *web-based seminar*, que em português significa seminário/apresentação realizado virtualmente. Funciona por meio de transmissão ao vivo ou gravada, que conta com chat para participação pública, permitindo interação com os usuários. Pode ser realizado em plataformas como Zoom, You Tube live, GoToWebinar, entre outras.

- Os participantes das consultas públicas serão incentivados a realizar um breve cadastro, mas sua participação na consulta não pode ser condicionada se houver recusa; e
- Qualquer pessoa poderá assistir o evento, mesmo não possuindo perfil ou cadastro na rede social ou canais de transmissão utilizados, sendo necessário apenas ter um aparelho com sistema de telecomunicação remota (computador, aparelhos celulares etc.), browser e acesso à internet.

O convite para os eventos será publicado nos sites da UGP e das secretarias municipais e demais instituições intervenientes com antecedência sugerida de sete (07) dias da data dos eventos. Serão identificadas lideranças, órgãos e entidades locais através de convites diretos, por meio de comunicação remota (via telefone, redes sociais, WhatsApp e e-mails) convidando os interessados a se inscreverem previamente nos sites onde receberão um link para acessar os eventos. Este mesmo link será divulgado em todas as mídias de comunicação (nas páginas institucionais) para que qualquer interessado possa acessar o evento, mesmo que não convidado diretamente.

Anteriormente ao início das consultas deve ser feito um esforço de chamamento para a participação, identificando o interesse das partes que se inscreveram previamente no cadastro do site e das lideranças representativas conhecidas. A 1ª. Consulta Pública da Amostra Representativa do PDUOT foi realizada em 12 de abril deste ano de 2023 e o Relatório apresentado pelo Executor retratou com acuidade o evento, seus resultados e participação do público, presencial e online no Youtube.

5.5.5. A Comunicação Social

As ações de Comunicação Social devem estar voltadas para o planejamento e divulgação de informações referentes ao Programa e manter um fluxo contínuo e periodicidade constante, por meio do estabelecimento de rotinas na forma de abordagem e interação com a comunidade. Devem, ainda, estabelecer e manter sempre abertos os canais destinados ao recebimento de informações e indagações sobre as obras.

Para executar as diferentes formas de comunicação, inicialmente deve ser desenvolvida uma atividade voltada para a organização e sistematização de informações técnicas do Programa, observando a abrangência territorial e características de cada intervenção, adaptando material de acordo a cada projeto e intervenções relacionadas.

Esse banco de informações deve ser atualizado periodicamente, de forma a conter os dados e informações sobre as intervenções previstas, os procedimentos adotados pela UGP face aos problemas socioambientais identificados e quais medidas serão adotadas para mitigá-los ou compensá-los, o cronograma e as etapas de implantação das intervenções e outras informações pertinentes.

Os responsáveis pela comunicação social na UGP devem elaborar/contratar a preparação de material informativo (cartazes, “folders”, folhetos de divulgação, “data-

show”, etc.) sobre o Programa, que será utilizado pela equipe técnica na realização de eventos, apresentações, audiências etc.

O material de divulgação deve incluir referência ao Mecanismo de Resolução de Queixas e forma de acessá-lo, endereço eletrônico do Programa na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos/UGP e indicar os locais onde serão instaladas “caixas de sugestões” destinadas à Ouvidoria do Programa. Este material deve ser exposto nos locais das obras, nos postos de informação da UGP, em locais de grande movimentação de público e nos órgãos e entidades públicas nos locais das intervenções.

Responsável

A criação do canal da Ouvidoria é de responsabilidade da UGP, assim como as atividades do Programa de Consultas e Comunicação Social e o atendimento à demanda gerada na Ouvidoria.

Custos

Os custos do Programa de Consultas e Comunicação Social devem ser incorporados aos custos operacionais da UGP.

5.6. Mecanismo de Resolução de Queixas - MRQ

5.6.1. Considerações

Os procedimentos descritos no MRQ constituem o canal a ser utilizado para reduzir a ocorrência de descontentamento da comunidade e estão descritos a seguir.

De acordo com as diretrizes de consulta significativa entre as partes, o MRQ deve ser parte do processo de consulta pública permanente, da preparação à implantação das obras e outras ações dos projetos. As partes interessadas envolvidas devem receber retorno sobre o encaminhamento dado às dúvidas, reclamações e contribuições. Esse processo se dá no bojo do MRQ, que tem por objetivos:

- estabelecimento de um canal de comunicação junto à população afetada ou beneficiada pelas intervenções e obras do Programa;
- respostas às questões referentes aos impactos potenciais do Programa e às medidas de mitigação e compensação previstas no PGAS;
- coleta e resposta às dúvidas e questionamentos sobre o PDUOT.

O mecanismo deverá atender às seguintes condições:

- estar integrado ao Sistema de Gestão Ambiental e Social do Programa;
- ser planejado considerando também as recomendações das partes interessadas;
- ser de fácil acesso e divulgado entre as partes afetadas, com múltiplas ferramentas efetivas de acesso – atendimento pessoal, e-mail, site, WhatsApp, número 0800, entre outros;
- ter mandato e autoridade para tratar e resolver as preocupações levantadas pelas

partes interessadas e influenciar decisões para a concepção e implementação do Programa.

Profissionais envolvidos no atendimento à população – da UCP ou terceirizados – deverão estar devidamente capacitados para o atendimento ao público, esclarecendo as dúvidas ou direcionando as questões, e para registrar e encaminhar demandas mais complexas para as áreas competentes.

A recepção de queixas ou dúvidas em cada canal de atendimento deverá ser cadastrada e direcionada para os profissionais responsáveis pelo MRQ. É importante que sejam estabelecidos protocolos para o tempo máximo de resposta e que essas sejam efetivas.

O registro das queixas recebidas e das respostas até o seu atendimento completo deverão ser registrados e contar com a ciência do reclamante por escrito. Com esses registros será possível categorizar as queixas mais frequentes e produzir respostas rápidas e padronizadas, acionando os mecanismos de gestão social e ambiental existentes.

5.6.2. Responsáveis

Os responsáveis pelo cumprimento desses procedimentos são a UGP e as empresas construtoras.

5.6.3. Custos

Os custos necessários para o cumprimento desses procedimentos estão incluídos nos custos Operacionais da UGP.

VI. MONITORAMENTO DA ETE INTERBAIRROS

6.1. Considerações

A Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Interbairros será construída para o tratamento do esgoto bruto gerado por parte da região leste da sede do município de Linhares.

O esgoto a ser tratado na ETE será de origem essencialmente sanitária e, no caso de contribuições especiais, deverá ser realizado um tratamento prévio antes do lançamento na rede coletora, contemplando a remoção de materiais que possam obstruir a rede pública e, ou, serem incompatíveis com o tipo de tratamento adotado para o esgoto público.

O tipo de tratamento a ser implantado na ETE Interbairros segue o mesmo padrão das outras unidades instaladas no município de Linhares (ETE Aviso, ETE Movelar e ETE Canivete), além de contar com o mesmo sistema da ampliação da ETE Aviso. Essa uniformização do tipo de tratamento tem como objetivo principal a facilidade operacional e o custo de implantação e manutenção do sistema.

O tratamento de esgoto na ETE será do tipo terciário, visando a reutilização de parte do efluente tratado e, para tanto, será instalado um sistema de desinfecção ultravioleta com remoção de vírus e patogênicos.

O sistema projetado para o tratamento é composto por unidade combinada de pré-tratamento (peneira, compactadora, separador de areia e desengordurador), seguido de tratamento anaeróbio em reatores UASB e tratamento aeróbio em um sistema de lodos ativados com Biofiltro Aerado Submerso seguidos de Decantadores Secundários. Na sequência, o efluente do canal dos Decantadores será conduzido à unidade de Desinfecção.

O controle da vazão de esgoto tratado será medido em uma calha Parshall, localizado na saída da desinfecção.

A caracterização do esgoto afluente a ETE é apresentada no Quadro Nº 7.

A eficiência do sistema é de aproximadamente 90% a 95%, considerando que o efluente entre na estação de tratamento com os parâmetros do Quadro Nº 7 e que a operação ocorra de acordo com o manual de operação.

Quadro Nº 7: Caracterização do esgoto da sede do município de Linhares.

Parâmetro	Concentração do afluente
DBO (mg/l)	323
DQO (mg/l)	629
SS (mg/l)	1.012
Nitrogênio (mgN/l)	85
Fósforo (mgP/l)	-
Coliformes (NMP/100ml)	1,61E+07

6.2. Programa de Monitoramento

Para o controle operacional da ETE e verificação da eficiência do sistema de tratamento, será necessário a realização de um monitoramento contínuo do funcionamento das unidades. Dessa forma, os parâmetros apresentados no Quadro Nº 8 serão analisados de amostras coletadas na entrada e na saída da ETE (esgoto bruto na calha Parshall da entrada da ETE e efluente final na calha Parshall da saída da ETE).

Quadro Nº 8: Pontos de monitoramento do efluente líquido e sua frequência.

Análises	Unidade	Pontos de monitoramento de efluente líquido						
		1	2	3	4	5	6	7
Vazão média	l/s	D	-	-	-	-	-	D
Temperatura	°C	D	-	-	D	-	-	D
pH	-	D	-	D	D	-	-	D
DBO	mg/L	S	BM	BM	BM	BM	BM	S
DQO	mg/L	S	BM	BM	BM	BM	BM	S
OD	mg/L	S	S	S	S	S	S	S
Sólidos Totais	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Óleos e Graxas	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
NTK	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Nitrogênio Amoniacal	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Nitrogênio Orgânico	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Alcalinidade	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Fósforo Total	mg/L	M	BM	BM	BM	BM	BM	M
Coliformes Termotolerantes	NMP/100mL	M	BM	BM	BM	BM	BM	M

OBS: D = Diário; S = Semanal; M = Mensal; BM = Bimensal